



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

TC-001932/026/01



4862
BB

efetivamente sejam despendidos na rubrica relacionada aos gastos com a manutenção do ensino.

Não há sombra de dúvida que a norma, do ponto de vista instrumental não foi cumprida, mas, do ponto de vista de sua finalidade foi cumprida, porque nos seis primeiros meses do ano seguinte, 2002, os restos a pagar, no total de dois milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, 2,14% da receita de impostos foram, efetivamente, despendidos pela administração municipal.

Dessa forma, nos termos da lei que orienta as ações dessa egrégia Corte, essa falha instrumental é equiparável a uma falha formal. A finalidade da norma foi atendida. E, na medida em que a finalidade foi atendida, embora a forma não tenha sido atendida, cabível não é a rejeição das contas, mas o aconselhamento à municipalidade que não insista, não repita esse erro.

Esse é o primeiro ponto que me parece importante ressaltar. O Direito visa a realização do direito em si, da finalidade da norma, e a finalidade da norma aqui foi alcançada, embora a forma esculpida nos regulamentos desta Corte, e legal, para que se alcançasse essa finalidade tenha sido efetivamente descumprida, porque não havia lastro financeiro, e é impossível criar lastro financeiro a essa altura do campeonato.

A segunda observação é que esse ano de 2001 foi um ano excepcional na vida de uma prefeitura. Por quê? Porque é o ano de transição de governo. Isso não é desculpa para toda e qualquer desordem econômico-financeira, mas, em casos específicos, em casos concretos, à luz das circunstâncias fáticas, isso pode ser, sim, uma excusa ao cumprimento de determinadas formalidades legais.

O histórico da Prefeitura de Jacareí é o seguinte: no ano de 1999 rejeitou-se as contas em função da aplicação de somente 22% na educação; em 2000, aplicou-se somente 21,56%, e mais uma vez as contas foram rejeitadas.

Não é da noite para o dia, entrando na gestão da municipalidade, que um Prefeito consegue trazer índices, especialmente no serviço de educação, que estão lá embaixo,



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

TC-001932/026/01



para o atendimento do percentual mínimo constitucional. Para gastar os mínimos constitucionais, numa situação como essa, a municipalidade teve de fazer concurso público para a admissão de servidores. O concurso público demorou a ser feito, como todo concurso público demora, e em meados do ano foi feito.

Para a ampliação em relação aos gastos mínimos com educação era necessário construir escolas. Como constróem-se escolas? Lícita-se as escolas, e depois constróem-se as escolas.

Então, não é com uma varinha de condão que o governante entra e, responsabilmente, digo responsabilmente porque há exemplos, por aí afora, de Prefeitos que no último dia do ano de um determinado exercício distribuem o dinheiro para os servidores, como forma de atingir o percentual mínimo. Não me parece, entretanto, que essa seja uma prática saudável. Atende-se à lei formalmente, mas não se atende ao escopo da lei.

O Município de Jacareí tem a sua rede conveniada com o Estado. Então, não seria nem o caso de cogitar o seguinte: "Ah, ele poderia ter assumido a rede de ensino fundamental do Estado." Portanto, o Município de Jacareí tem a sua rede conveniada, e não seria simplesmente assumindo a rede estadual, que já é parcialmente assumida, naquela que se refere ao ensino fundamental, que os percentuais mínimos seriam atingidos.

Um outro dado importante: no ano de 2002 as contas já foram aprovadas por esta Corte, o Relator foi o eminente Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues, e os gastos no ensino foram de 27,42%, o que salienta bem esse momento de transição, quer dizer, parte-se de 21 para 25, na minha tese, em 2001, e 27 em 2002, já com uma margem bastante folgada em relação ao mínimo Constitucional.

Por fim, e esta é a última observação que faço, parece-me que o "standard" legal, o "standard" normativo que orienta o julgamento das contas por este E. Tribunal, ele dá ao julgador uma larga discricionariedade, não há uma tipificação absolutamente precisa na lei, dos casos que levam à rejeição, dos casos que levam à admissão das contas de um administrador. Essa discricionariedade parece imprescindível



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

TC-001932/026/01



1864/88

para o julgamento de contas. E este Tribunal, ao longo do tempo, tem aperfeiçoado esses "standards" de discricionariedade e construído toda uma jurisprudência, uma casuística, digamos assim, no bom sentido, que orienta, no dia-a-dia, a atividade desta Corte, como também é de se louvar, o que não poderia deixar de ser diferente.

Dessa forma, invocando essa casuística, aqui do Tribunal, eu queria fazer uma referência final a alguns casos, nesta Corte, em que se admitiu, excepcionalmente, também, e esse é um caso, reitero, excepcional, que Restos a Pagar, ainda que não tenham lastro financeiro, uma vez adimplidos, pagos no início do exercício seguinte, eles constituem uma excusa suficiente à aprovação das contas do Prefeito. Então, cito aqui alguns casos, e há outros. O Município de Mirandópolis, nas contas de 98; o Município de Boituva, nas contas de 99; o Município de Lucélia, nas contas de 99; o Município de Franca, nas contas de 98. Em todos esses casos há um precedente análogo ao presente caso, excepcional, claro, não utilizado no dia-a-dia desta Corte, mas que justifica, no modo de ver da defesa, a aprovação das contas.

Era isto o que tinha a dizer. Agradeço a atenção.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO - Agradeço a participação do eminente advogado. A palavra retorna ao eminente Conselheiro Robson Marinho.

RELATOR - Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, eu tenho profunda admiração e respeito pelo Dr. Marcos Augusto Perez e, portanto, em todas as oportunidades em que o advogado se fez presente, fazendo a sustentação oral, fazendo a defesa daquele órgão jurisdicionado que ele representa, sempre retirei o processo de pauta para melhor análise dos argumentos apresentados. Não vou agir de forma diferente, Sr. Presidente. Retiro de pauta, com a reinclusão automática para a próxima sessão.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO - É regimental, peço que assim se proceda.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

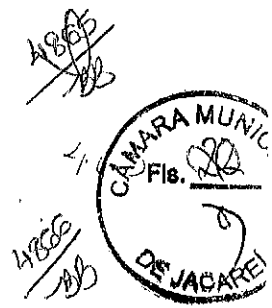
TC-001932/026/01



DECISÃO CONSTANTE DA ATA: Findo o relatório apresentado pelo Conselheiro Robson Marinho, Relator, foi concedida a palavra ao Dr. Marcos Augusto Perez, que produziu defesa oral, a qual constará, na íntegra, das respectivas notas taquigráficas, após o que, a pedido do Relator foi o presente processo retirado de pauta, devendo ser incluído na ordem do dia da próxima sessão.

Taquígrafos: Tania/Anahy/Humberto

SDG-1/MML/mrs



Conselheiro Robson Marinho
Tribunal Pleno
Sessão: 20/10/04

PEDIDO DE REEXAME

19 TC-001932/026/01

Município: Jacareí.

Prefeito: Marco Aurélio de Souza e Maria Cristina de Paula Machado.

Exercício: 2001.

Requerente(s): Prefeitura Municipal de Jacareí.

Em Julgamento: Reexame do Parecer da E. Primeira Câmara, em sessão de 19-08-03, publicado no D.O. E de 30-10-03.

Advogado(s): José Roberto Manesco, Marcos Augusto Perez e outros.

Auditada por: GDF-7 - DSF-I.

Auditoria atual: GDF-4 - DSF-I.

Relatório

Em sessão de 19/8/2003, a e. Primeira Câmara decidiu emitir parecer desfavorável à aprovação das contas da **Prefeitura Municipal de Jacareí**, relativas ao exercício de 2001, em face do descumprimento do disposto no artigo 212 da Constituição Federal e do artigo 60 do ADCT (22,59% da receita oriunda de impostos e transferências foi destinado ao ensino global, sendo 13,77% dessas mesmas receitas ao ensino fundamental) e da realização de despesas com serviços de adequação de aterro sanitário não previstos em contrato e sem aprovação do órgão estadual competente, procedimento que não foi alvo de explicações por parte da origem.

Inconformada, a Prefeitura Municipal de Jacareí, por meio de seu representante legal, interpõe pedido de reexame, procurando reverter a decisão que lhe fora desfavorável.

Em relação ao ensino solicita que seja considerado como aplicação nesse setor o montante equivalente a R\$ 1.960.959,40, pois procura demonstrar que, embora referidas despesas tenham sido classificadas erroneamente como sendo da administração geral (subfunção 122), as notas fiscais e as ordens de pagamentos referentes a tais valores (docs. anexos) atestam serem, na realidade, dispêndios do ensino fundamental (subfunção 361).



Reivindica, também, que as despesas inscritas em restos a pagar, para cuja cobertura não havia recursos disponíveis suficientes, sejam considerados para cômputo no setor. Argumenta que a impossibilidade de manutenção de saldo equivalente no final do exercício de 2001 decorreu fundamentalmente da necessidade de sanar pendências de gestão anterior, mas que aludidos gastos foram destinados ao ensino e sua liquidação ocorreu no primeiro semestre do exercício de 2002.

Quanto ao aterro sanitário, informa que a contratação em comento se deu em 2000, cujo contrato vigorou até outubro daquele ano, não cabendo, portanto, nenhuma responsabilidade à atual administração sobre eventuais irregularidades.

Manifestando-se em relação ao ensino, a assessoria técnica acolheu apenas as razões de recurso sobre as despesas classificadas erroneamente. Refazendo os cálculos, para neles incluir referidos gastos, atestou que, embora a municipalidade tenha cumprido o limite mínimo exigido no artigo 60 do ADCT, não o fez em relação ao ensino de modo geral, posto que apenas o correspondente a 23,29% do produto de impostos e transferências foi aplicado no setor, não tendo sido superada, portanto, a infringência ao contido no artigo 212 da Constituição Federal.

Por isso, opinou pelo conhecimento do apelo e, quanto ao mérito, por seu desprovimento.

Manifestando-se na mesma linha, a SDG apenas retificou os cálculos da assessoria técnica acerca do ensino fundamental que, segundo entendimento seu, correspondeu a 16,62% da arrecadação de impostos e transferências.

É o relatório.

rcbm



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Fls. nº 471
TC-001932/026/2001

DECISÃO DO TRIBUNAL PLENO

DATA DA SESSÃO - 27-10-2004

Pelo voto dos Conselheiros Robson Marinho, Relator, Antonio Roque Citadini, Edgard Camargo Rodrigues, Fulvio Julião Biazzi e Cláudio Ferraz de Alvarenga, bem como pelo do Substituto de Conselheiro Wallace de Oliveira Guirelli, preliminarmente o E. Plenário conheceu do pedido de reexame e, quanto ao mérito, pelas razões expostas no voto do Relator, juntado aos autos, negou-lhe provimento, ficando mantido o r.parecer desfavorável, excluindo-se tão-somente dos fundamentos da decisão anterior a falta de aplicação no ensino fundamental e a questão relacionada aos serviços de adequação de aterro sanitário, alterando-se para 23,29% e 16,62% os registros constantes do voto anterior sobre os recursos destinados na manutenção do ensino e do ensino fundamental.

PRESIDENTE - CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

MUNICÍPIO DE: JACAREÍ
EXERCÍCIO DE: 2001

- 1 - Notas taquigráficas juntadas pela SDG-1;
- 2 - Ao Cartório do Relator para redação e publicação do parecer;
- 3 - Ao GDF-4 para dar prosseguimento à decisão anterior.

SDG-1, em 29 de outubro de 2004

SERGIO CIQUERA ROSSI
Secretário-Diretor Geral

SDG-1/MML/rpa



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

4869 / 2008
CAMARA MUNIC.
Fls. 2
DE JACAREI
472

NOTAS TAQUIGRÁFICAS TC-001932/026/01

30ª sessão ordinária do Tribunal Pleno, realizada em 27 de outubro de 2004, no Auditório "Prof. José Luiz de Anhaia Mello"

PRESIDENTE - Conselheiro Renato Martins Costa

RELATOR - Conselheiro Robson Marinho

SECRETÁRIO - Bel. Sérgio Ciquera Rossi

PROCESSO - TC-001932/026/01

ASSUNTO - Município: Jacareí.

Prefeito: Marco Aurélio de Souza e Maria Cristina de Paula Machado.

Exercício: 2001.

Requerente(s): Prefeitura Municipal de Jacareí.

Em Julgamento: Reexame do Parecer da E. Primeira Câmara, em sessão de 19-08-03, publicado no D.O. E de 30-10-03.

Advogado(s): José Roberto Manesco, Marcos Augusto Peres e outros.

RELATOR - Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, cuidam os autos de pedido de reexame formulado pela Prefeitura Municipal de Jacareí.

(O relatório e voto preliminar de S. Exa. seguem juntados ao final destas notas).

PRESIDENTE - O Sr. Relator conhece do pedido, em preliminar. Em discussão. Em votação. O Plenário acompanha.

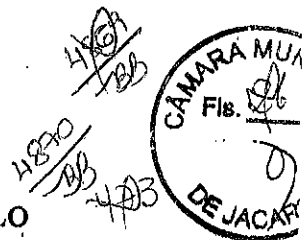
RELATOR - No mérito, passo a proferir meu voto.

(O voto de mérito de S. Exa. segue juntado ao final destas notas).

PRESIDENTE - Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Aprovado o voto do Relator.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO



NOTAS TAQUIGRÁFICAS

TC-001932/026/01

DECISÃO CONSTANTE DA ATA: Pelo voto dos Conselheiros Robson Marinho, Relator, Antonio Roque Citadini, Edgard Camargo Rodrigues, Fulvio Julião Biazzi e Cláudio Ferraz de Alvarenga, bem como pelo do Substituto de Conselheiro Wallace de Oliveira Guirelli, preliminarmente o E. Plenário conheceu do pedido de reexame e, quanto ao mérito, pelas razões expostas no voto do Relator, juntado aos autos, negou-lhe provimento, ficando mantido o r.parecer desfavorável, excluindo-se tão-somente dos fundamentos da decisão anterior a falta de aplicação no ensino fundamental e a questão relacionada aos serviços de adequação de aterro sanitário, alterando-se para 23,29% e 16,62% os registros constantes do voto anterior sobre os recursos destinados na manutenção do ensino e do ensino fundamental.

Taquígrafo: tania
SDG-1/MML/cleo

1820
BB
124
CÂMARA MUN.
Fls. 2
DE JACAREÍ
1821
BB

Conselheiro Robson Marinho
Tribunal Pleno
Sessão: 20/10/04

PEDIDO DE REEXAME

35 TC-001932/026/01

Município: Jacareí.

Prefeito: Marco Aurélio de Souza e Maria Cristina de Paula Machado.

Exercício: 2001.

Requerente(s): Prefeitura Municipal de Jacareí.

Em Julgamento: Reexame do Parecer da E. Primeira Câmara, em sessão de 19-08-03, publicado no D.O. E de 30-10-03.

Advogado(s): José Roberto Manesco, Marcos Augusto Peres e outros.

Auditada por: GDF-7 - DSF-I.

Auditoria atual: GDF-4 - DSF-I.

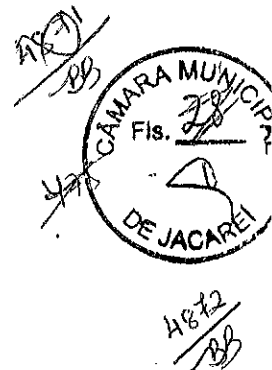
Relatório

Em sessão de 19/8/2003, a e. Primeira Câmara decidiu emitir parecer desfavorável à aprovação das contas da **Prefeitura Municipal de Jacareí**, relativas ao exercício de 2001, em face do descumprimento do disposto no artigo 212 da Constituição Federal e do artigo 60 do ADCT (22,59% da receita oriunda de impostos e transferências foi destinado ao ensino global, sendo 13,77% dessas mesmas receitas ao ensino fundamental) e da realização de despesas com serviços de adequação de aterro sanitário não previstos em contrato e sem aprovação do órgão estadual competente, procedimento que não foi alvo de explicações por parte da origem.

Inconformada, a Prefeitura Municipal de Jacareí, por meio de seu representante legal, interpõe pedido de reexame, procurando reverter a decisão que lhe fora desfavorável.

Em relação ao ensino solicita que seja considerado como aplicação nesse setor o montante equivalente a R\$ 1.960.959,40, pois procura demonstrar que, embora referidas despesas tenham sido classificadas erroneamente como sendo da administração geral (subfunção 122), as notas fiscais e as ordens de pagamentos referentes a tais valores (docs. anexos) atestam serem, na realidade, dispêndios do ensino fundamental (subfunção 361).

Reivindica, também, que as despesas inscritas em restos a pagar, para cuja cobertura não havia recursos disponíveis suficientes, sejam considerados para cômputo no setor. Argumenta que a impossibilidade de



manutenção de saldo equivalente no final do exercício de 2001 decorreu fundamentalmente da necessidade de sanar pendências de gestão anterior, mas que aludidos gastos foram destinados ao ensino e sua liquidação ocorreu no primeiro semestre do exercício de 2002.

Quanto ao aterro sanitário, informa que a contratação em comento se deu em 2000, cujo contrato vigorou até outubro daquele ano, não cabendo, portanto, nenhuma responsabilidade à atual administração sobre eventuais irregularidades.

Manifestando-se em relação ao ensino, a assessoria técnica acolheu apenas as razões de recurso sobre as despesas classificadas erroneamente. Refazendo os cálculos, para neles incluir referidos gastos, atestou que, embora a municipalidade tenha cumprido o limite mínimo exigido no artigo 60 do ADCT, não o fez em relação ao ensino de modo geral, posto que apenas o correspondente a 23,29% do produto de impostos e transferências foi aplicado no setor, não tendo sido superada, portanto, a infringência ao contido no artigo 212 da Constituição Federal.

Por isso, opinou pelo conhecimento do apelo e, quanto ao mérito, por seu desprovimento.

Manifestando-se na mesma linha, a SDG apenas retificou os cálculos da assessoria técnica acerca do ensino fundamental que, segundo entendimento seu, correspondeu a 16,62% da arrecadação de impostos e transferências.

O presente processo já esteve em pauta de discussão na sessão de 20/10/2004, oportunidade em que decisão a seu respeito foi adiada, tendo em vista sustentação oral do representante legal da Prefeitura.

É o relatório.

rebnm



Voto

TC-001932/026/01

Preliminar

Estando em termos, conheço do presente recurso.

Mérito

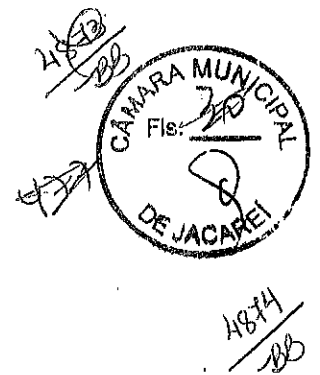
Considero, inicialmente, que a justificativa constante do presente pedido de reexame relativamente à aplicação de recursos no ensino fundamental pode ser acolhida, já que, conforme atestou a Secretaria-diretoria Geral, foram a ele destinados 16,62% da receita de impostos e transferências, dando-se, com isso, cumprimento ao disposto no artigo 60 do ADCT.

Igualmente superada afigura-se a questão concernente aos serviços de aterro sanitário, posto que os documentos carreados aos autos nesta oportunidade demonstram que aludido contrato não foi celebrado no exercício em pauta. Nessas condições, a matéria não compromete as presentes contas, mas, diante das constatações da auditoria e por haver despesas a tal título neste período, conforme informa a auditoria em seu relatório (item 2.3.8), a matéria deve ser analisada em autos próprios, nos termos das instruções vigentes.

Porém, as razões do recurso não lograram descaracterizar o descumprimento do artigo 212 da Constituição Federal.

Em que pesem os respeitáveis argumentos acrescidos pelo representante da Prefeitura Municipal solicitando a inclusão para esse fim dos valores inscritos em restos a pagar, para os quais não havia o correspondente lastro financeiro em conta vinculada, sob a alegação de que referidos valores teriam sido liquidados no exercício posterior, penso que tal pretensão não deve prosperar.

Isso porque, ao estabelecer que parte da receita arrecadada no exercício seja aplicada no ensino, quer a Constituição que haja efetivo comprometimento de recursos financeiros do próprio exercício, o que não



se obtém apenas com a reserva orçamentária destituída de lastro efetivo, como se infere do disposto no artigo 69, § 5º, da Lei nº. 9.394/96.

Consigne-se, ainda, que, de acordo com a jurisprudência deste Tribunal, as despesas com ensino, inscritas em restos a pagar, poderiam, excepcionalmente, integrar o cálculo de que se fala, se no final do exercício houvesse em conta movimento saldo suficiente não só para cobri-las, mas também os demais débitos que compuseram aquela conta. No entanto, os autos revelam que a inscrição total em restos a pagar soma R\$ 28.359.620,40, enquanto a disponibilidade financeira alcança meros R\$ 12.948.960,32 (fls. 25).

Diante disso, constata-se que, mesmo com a inclusão de despesas não consideradas anteriormente (R\$ 1.960.959,40), apenas 23,29% do produto de impostos e transferências foram aplicados na atividade, montante inferior, portanto, ao mínimo exigido pela referida disposição constitucional.

Nessas condições, meu voto **nega provimento** ao pedido de reexame e mantém o parecer desfavorável emitido sobre as contas apresentadas pelo Prefeito Municipal de Jacareí, referentes ao exercício de 2001.

Deve-se, porém, excluir do fundamento da decisão recorrida a falta de aplicação no ensino fundamental e a questão relacionada aos serviços de adequação de aterro sanitário. Em consequência, alterem-se para 23,29% e 16,62% os registros constantes do voto anterior sobre os recursos destinados na manutenção do ensino e do ensino fundamental.

É o meu voto.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO



4845
PB

P A R E C E R

TC-001932/026/01 - Pedido de reexame.

Município: Jacareí.

Prefeito: Marco Aurélio de Souza e Maria Cristina de Paula Machado.

Exercício: 2001.

Requerente: Prefeitura Municipal de Jacareí.

Em julgamento: Reexame do parecer emitido em 30-10-03 pela e. 1ª Câmara.

Advogados: José Roberto Manesco, Marcos Augusto Peres e outros.

Ementa: Pedido de reexame. Conhecido. Contas de Município. Aplicação de recursos no ensino. Insuficiência ante o que exige a Constituição Federal. Recurso desprovido.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

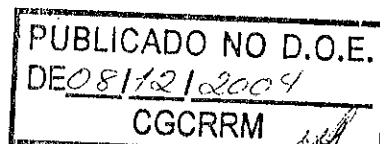
Pelo voto dos Conselheiros Robson Marinho, Relator, Antonio Roque Citadini, Edgard Camargo Rodrigues, Fulvio Julião Biazzi e Cláudio Ferraz de Alvarenga, bem como pelo do Substituto de Conselheiro Wallace de Oliveira Guirelli, o e. Tribunal Pleno, em sessão de 27 de outubro de 2004, conheceu preliminarmente do pedido de reexame e, quanto ao mérito, pelas razões expostas no voto do Relator, juntado aos autos, negou-lhe provimento, ficando mantido o r. parecer desfavorável, excluídos, porém, dos fundamentos da decisão a insuficiente aplicação de recursos no ensino fundamental e a realização de despesas ilegais. Na ocasião, reconheceram-se como definitivos os seguintes resultados contábeis alcançados em relação à aplicação necessária no ensino e no ensino fundamental, respectivamente: 23,29% e 16,62%.

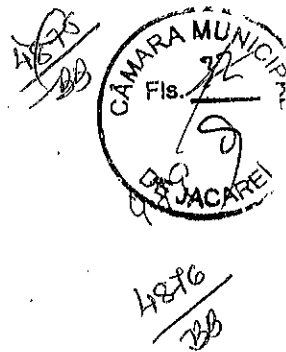
Publique-se.

São Paulo, 1º de dezembro de 2004.

RENATO MARTINS COSTA - Presidente

ROBSON MARINHO - Relator





Processo: TC- 1932/026/01

Nome: César Augusto Vilela Rezende (procuração fls.43/457)

OAB/SP-E: 128.895

Fone: 3068-4731

Nesta data obtive vista dos autos em epígrafe e retirei cópias de fls. 426/478, com recolhimento das custas apuradas.

São Paulo, 10 de dezembro de 2004

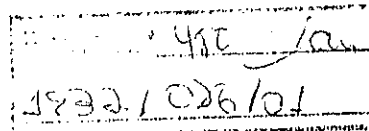
Ass. 

José Roberto Manesco
Eduardo Augusto de Oliveira Ramires
Marcos Augusto Perez
Floriane de Azevedo Marques Neto
Ana Elisa Perez
Tatiana Mutillo Cymbalista

Licínio dos Santos Silva Filho
Cornélio Vieira de Moraes Júnior
José Aníbal Freitas Marques
Luís Justiniano de Arantes Fernandes
Luís Otávio Sigaud Furquim

Fábio Barbalho Leite
Maurício Moura Portugal Ribeiro

Magali Favareto Prieto
Adriana Roldan Pinto de Luna
Adalberto Pimentel Diniz de Souza
Maria Célia Nogueira Moseati
Denise Nefussi
Pedro Sotero de Albuquerque
Mariana Pereira Cunha
Marco Antônio Rodrigues Jorge
Tácio Lacerda Gama
Rodrigo Francisco Martini
Eduardo Pannunzio
Maria Fernanda de Moura e Souza
Ana Claudia Lorenzetti Leme
Juliana Rodrigues Valle
Maira Barbosa Ribeiro
Rossana de Araújo Rocha
José Alexandre Ferreira Sanches



*Manesco, Ramires, Perez,
Azevedo Marques
Advocacia*

Av. Paulista, 1274 21º andar
01310-100 São Paulo SP
Tel. (011) 3068-4700 Fax 3068-4749
www.manesco.com.br



Handwritten signature and stamp area with the number 1932/026/01.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RELATOR
ROBSON MARINHO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DE SÃO PAULO**

TC nº 1932/026/01

Contas do exercício de 2001

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JACAREÍ,
por seu advogado, vem, com fulcro no artigo 66 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, apresentar EMBARGOS DE DECLARAÇÃO em face do acórdão proferido pela 1ª Câmara deste E. Tribunal, consubstanciado nas razões que se seguem:

1. Breve Resumo dos Fatos

01. Após o regular exame das contas relativas ao exercício de 2001, a auditoria apontou diversas falhas que foram devidamente justificadas pelo ora interessado.

Form. 1.º
1932/12-101

Manesco, Ramires, Perez,
Azevedo Marques
Advocacia



48-18
100

Av. Paulista, 1274 21º andar
01310-100 São Paulo SP
Tel. (011) 3068-4700 fax 3068-4749
www.manesco.com.br

02. No entanto, apesar das devidas justificativas apresentadas, foi emitido parecer desfavorável à aprovação das contas de referido exercício por entender que o percentual gasto com o ensino e o ensino fundamental estavam aquém do previsto constitucionalmente. Desta decisão o Requerente apresentou Pedido de Reexame no qual demonstrou equívocos no parecer da fiscalização financeira que deixou de computar diversos valores gastos com educação que alteravam o percentual apurado.

03. Os pareceres da ATJ e da SDG que analisaram tal pedido reconheceram que no cômputo dos valores gastos com a Educação deveriam ser incluídas aquelas que foram erroneamente classificadas, e entenderam, todavia, que os valores inscritos em restos a pagar não poderiam ser computados porque a Municipalidade não possuía saldo financeiro em 31.12.01.

04. Assim, tais pareceres entenderam que foram aplicados 23,28% das receitas no ensino o que permaneceria aquém do mínimo estabelecido pela constituição e ensejaria a emissão de parecer desfavorável à aprovação das contas do Município.

05. O acórdão embargado, todavia, ao julgar o Pedido de Reexame entendeu por conhece-lo, mas negar-lhe provimento. Todavia, tal *decisum* deixou de apreciar um dos argumentos centrais produzidos no Pedido

1936/086/01

Manesco, Ramires, Perez,
Azevedo Marques
Advocacia



4879
BB

Av. Paulista, 1274 21º andar
01310-100 São Paulo SP
Tel. (011) 3068-4700 fax 3068-4749
www.manesco.com.br

de Reexame, razão pela qual não restou outra alternativa à Embargante senão opor os presentes embargos para sanar a omissão. Vejamos.-

II. Da omissão contida no acórdão

05. A ora Embargante fundamentou seu pedido de Reexame em dois argumentos centrais.

06. O primeiro deles, devidamente abordado pelo acórdão ora embargado, foi o de que não se poderia olvidar de que o montante relativo aos restos a pagar deveriam ser considerados no presente cálculo relativo à aplicação no ensino.

07. O segundo argumento central, todavia, deixou de ser apreciado por este E. Tribunal e sequer houve qualquer menção ao quanto alegado no corpo do voto do eminente relator.

08. Alegou-se e, mais, requereu-se, que este Tribunal considerasse o histórico do Município de Jacaré quanto à aplicação no ensino nos anos anteriores, sempre aquém do limite constitucional, para se conhecer o esforço da gestão seguinte em atingir, de maneira responsável, o percentual indicado pela Constituição, o que ensejaria a emissão de parecer favorável à aprovação das aludidas contas.

Folha n.º 462 7834
1932/026/05

Manesco, Ramires, Perez
Azevedo Marques
Advocacia

Av. Paulista, 1274 21º andar
01310-100 São Paulo SP
Tel. (011) 3068-4700 Fax 3068-4749
www.manesco.com.br



09. Ora, veja-se que no ano de 1999, este Tribunal manifestou que apenas foi aplicado na educação 22% das receitas provenientes e impostos e no ano seguinte, 2.000, apenas 21,56%, o que gerou dificuldades para a nova gestão municipal, no ano de 2001, elevar tal índice na medida que a aplicação de maiores recursos dependem da ampliação da rede de ensino e investimentos pesados, o que não se realiza a curto prazo com a devida cautela que devem cercar-se os administradores públicos.

10. Assim, restava impossível que tal percentual fosse superado em curto espaço de tempo. Daí porque o atingimento de tal percentual somente foi possível computando-se o saldo relativo aos restos a pagar.

11. Há que se reconhecer, portanto, que os índices alcançados na gestão de 2001 foram conseguidos diante de elevados esforços por parte do Prefeito, na medida em que com a histórica insuficiência de rede de ensino que demande tais aplicações, o atingimento do percentual constitucional só restou possível diante de muitas dificuldades e investimentos, o que deve ser reconhecido por esta E. Corte de Contas no sentido de emitir parecer favorável à aprovação das contas no ano de 2001.

484 Jan
34221026104
Manesco, Ramires, Perez,
Azevedo Marques
Advocacia



1881
PB

Av. Paulista, 1274 21º andar
01310-100 São Paulo SP
Tel. (011) 3068-4700 fax 3068-4749
www.manesco.com.br

III. Conclusão e Pedido

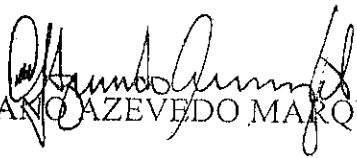
12. Diante de todo o exposto verifica-se que o v. acórdão embargado omitiu-se acerca da alegação quanto a impossibilidade de atingimento do percentual constitucional em função do histórico do Município neste sentido.

13. Em assim sendo requer sejam conhecidos os presentes embargos de declaração, para sanar a omissão contida no acórdão, apreciando-se o argumento ora exposto para emitir-se novo parecer favorável à apuração das contas de 2001 do Município de Jacareí.

Termos em que,

Pede deferimento.

São Paulo, 13 de dezembro de 2004.

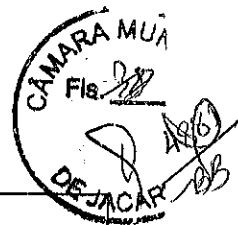

FLORIANO AZEVEDO MARQUES NETO

OAB/SP 112.208



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. nº	485
Proc.	1932/026/01
1	Sandra



1932/026/01

Juntamos nos presentes autos os documentos de fls. 480/484.

Ao Gabinete.

CGCRRM, 15 de dezembro de 2004.

Sandra Silvestre
Sandra Silvestre Rodrigues Sanches
Auxiliar de Fiscalização Financeira V



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO



TC – 1932/026/01 - fls. 486

DESPACHO DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Processo : TC 1932/026/01
Interessada : Prefeitura Municipal de Jacaré
Assunto : Contas Municipais - Exercício de 2001.

Sobre os embargos manifeste-se a ATJ e SDG.
GC., em 15 de dezembro de 2004.


ROBSON MARINHO
Conselheiro

rcbnm.e



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO 487

001932/026/01



ATJ

Processo: TC - 001932/026/01
Órgão: Prefeitura Municipal de Jacareí
Exercício: 2001
Assunto: Embargos de Declaração

Senhor Assessor Procurador-Chefe:

A Colenda Primeira Câmara emitiu v. Parecer desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Jacareí, exercício de 2001, (fls. 165/174 e 177). A r. orientação deu-se em razão da falta de aplicação do mínimo exigível de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino e do ensino fundamental, descumprindo as disposições do artigo 212 da Constituição Federal e do "caput" artigo 60 do ADCT, tendo ainda contribuído para rejeição, a falta de justificativas para a realização de despesas com serviços de adequação de aterro sanitário não previstos em contrato e sem aprovação do órgão estadual (impropriedade anotada no item 6 relativa ao expediente TC - 14895/026/01).

Interposta a peça recursal de fls. 179/430 e após oitiva da sustentação oral da Prefeitura, (notas taquigráficas de fls. 463/468), o E. Plenário deste Tribunal manteve o v. Parecer desfavorável relativo às contas, decidindo, todavia, pelo provimento parcial do Pedido de Reexame, a fim de que fossem excluídos dos fundamentos da r. decisão de fls. 177, a insuficiente aplicação de recursos no ensino fundamental e a realização de despesas ilegais, tendo sido reconhecidos como definitivos, na ocasião, os resultados contábeis alcançados em relação à aplicação necessária no ensino e no ensino fundamental, respectivamente: 23,29% e 16,62%.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO 488

001932/2026/01

ATJ



Handwritten signature and initials 'BB' over the stamp.

Invocando o disposto no artigo 66 da Lei Complementar nº 709/93 e nos artigos 149 e 150 do Regimento Interno deste E. Tribunal de Contas, o Sr. Marco Aurélio de Souza, Prefeito Municipal, por intermédio de seu representante, interpôs em 13.12.04, Embargos de Declaração de fls. 480/484.

O embargante sustenta, em síntese, haver omissão no r. parecer de fls. 478

Agora por determinação de fls. 486, retornaram os autos a esta Assessoria.

Examinados.

Preliminarmente, entendo que os embargos poderão ser conhecidos, uma vez que formulados por parte legítima e tempestivos (parecer publicado em 08.12.04 e os embargos protocolizados em 13.12.04) atendidos, portanto, os pressupostos de admissibilidade previstos nos artigos 66 e 67 da Lei Complementar nº 709/93.

Mérito.

Compulsando os autos considero que inexistente contradição, omissão ou obscuridade na r. decisão. Ao contrário do que afirmou, o embargante às fls. 480/484, **todas as matérias relevantes e necessárias para formação de juízo sobre as contas foram exaustivamente apreciadas pelo E. Tribunal**, constando expressamente no r. Voto de fls. 476/477 os motivos e a



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

489

001932/026/01

ATJ

fundamentação legal que ensejaram a emissão do v. parecer desfavorável às contas.

desprovidos de importância processual.

VC. C
panorai

Tais argumentos poderiam ou não constar da r. decisão a critério exclusivo do E. Plenário.

A meu ver, o recurso apresentado pelo embargante objetivou, na verdade, tentar reabrir discussão sobre matéria já apreciada por esta C. Corte.

Posto isto e considerando que para a satisfazer a pretensão infringente do embargante relativo a emissão do parecer desfavorável sobre as contas da Prefeitura somente cabe



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO 490

00.1932/026/01

ATJ

“pedido de reexame” nos termos do artigo 71 da Lei Complementar nº 709/93 e artigo 155 do Regimento Interno, o qual já foi anteriormente interposto e apreciado pelo Excelso Tribunal Pleno, não restando nenhum ponto a ser aclarado, propugno pelo não conhecimento do Embargos de Declaração.

À consideração de Vossa Senhoria.

ATJ, em 18 de janeiro de 2005

Rogério Loubet Pantaleão
Assessoria Técnica



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO



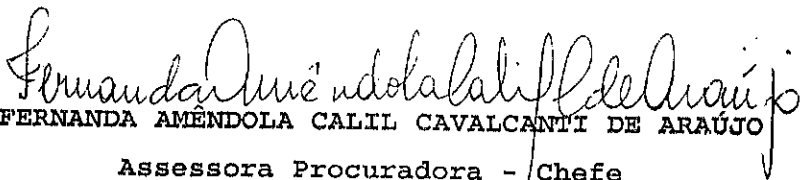
Excelentíssimo Senhor Relator,

Antecipo-lhe que os embargos não merecem acolhida.

A fundamentação do Parecer recorrido não contém nenhuma obscuridade, contradição ou omissão, imperfeições que, eventualmente, seriam excluídas por via de embargos.

Alicerçado nas razões expostas pela d. Assessoria Técnica, submeto à elevada consideração de Vossa Excelência proposta no sentido da **rejeição dos embargos**, com prévio trânsito pela douta SDG.

ATJ, 19 de janeiro de 2005.


FERNANDA AMÊNDOLA CALIL CAVALCANTI DE ARAÚJO

Assessora Procuradora - Chefe

Substituta

JR/

20.1.05
gr. 20.1.05
Pente

4889
BB
4889
PB

PROCESSO: TC-1932/2004
INTERESSADA: Prefeitura Municipal de Jacareí
EM EXAME: Contas Anuais - exercício de 2001
Embargos de Declaração (fls. 481/484)
RELATOR: Dr. Robson Mariano

Senhor Relator

Retornam os presentes autos a esta S.D.G., em decorrência do r. despacho de fls. 486.

Consoante o v. Parecer de fls. 478, publicado no D.O.E. de 08/12/04, decidiu o Egrégio Tribunal Pleno conhecer do Pedido de Reexame e, no mérito, negar-lhe provimento.

Inconformada, a Prefeitura Municipal de Jacareí, através de seu representante legal, interpôs os Embargos de Declaração de fls. 481/484, protocolizado neste E. Tribunal em 13/12/04, objetivando reformar a r. decisão que lhe fora desfavorável.

Como sustentáculo de seu inconformismo, alega o Embargante que um dos argumentos centrais contidos no Pedido de Reexame interposto por aquela Municipalidade deixou de ser apreciado por este E. Tribunal, caracterizando-se, portanto, na omissão exigida para o regular processamento da peça em exame.

Neste sentido afirma que não foi considerado o histórico do Município de Jacareí quanto à aplicação no ensino nos anos anteriores, sempre em desacordo com os limites estabelecidos pela Constituição Federal, o que teria exigido elevados esforços por parte da Administração local, no sentido de alcançar os índices legalmente determinados no exercício em questão.

A Assessoria Técnica e sua Chefia (fls. 487/491), após analisarem as razões apresentadas pelo signatário, propugnaram pela rejeição do apelo em apreço.

É a síntese do necessário. Opino.

46

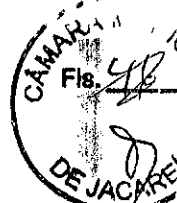


TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 493

Proc. TC-1932/076/01

12



1890
1890

Por preencherem os pressupostos de admissibilidade estabelecidos na Lei Orgânica e no Regimento deste Tribunal, entendo que os presentes Embargos de Declaração devam ser conhecidos.

No mérito, entretanto, creio que não se sustenta o argumento do peticionário que busca demonstrar a suposta omissão de ponto sobre o qual este E. Tribunal deveria se pronunciar, visto que todas as questões foram bem analisadas, gerando inclusive o adiamento da conclusão do julgamento, em virtude da retirada de pauta do presente processo, na sessão ordinária do Tribunal Pleno de 20/10/04, ocasião em que o Dr. Marcos Augusto Perez, após ter-lhe sido concedido o direito de sustentação oral requerido (fls. 460/461), fez uma minuciosa exposição acerca das questões referentes aos restos a pagar e ao **histórico do Município de Jacareí**, o que se pode comprovar através das notas taquigráficas insertas às fls. 463/468.

Ademais, no meu sentir, nada obstante seja objetivo dos embargos de declaração socorrer os jurisdicionados contra eventual omissão existente na própria decisão que se pretende reverter, mister ressaltar que as questões que devem ser necessariamente apreciadas não são todas as postas pelos apelantes, mas somente as **relevantes**, capazes de afastar os vícios que ensejaram o julgamento desfavorável da matéria.

Sendo assim, considerando que a omissão levantada pelo apelante não procede, manifesto-me pela rejeição dos presentes Embargos de Declaração.

À consideração de Vossa Excelência.
SDG., 01 de fevereiro de 2005.

Sérgio Ciquera Rossi
SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL

AAS

José Roberto Manesco
Eduardo Augusto de Oliveira Ramires
Marcos Augusto Perez
Floriano de Azevedo Marques Neto
Ane Elisa Perez
Tatiana Matiello Cymbalista
Fábio Barbalho Leite

Licínio dos Santos Silva Filho
Cornélio Vieira de Moraes Júnior
José Anibal Freitas Marques
Luís Justiniano de Arantes Fernandes
Wladimir Antonio Ribeiro

Magali Favaretto Prieto
Adriana Roldan Pinto de Lima
Adalberto Pimentel Diniz de Souza
Maria Célia Nogueira Moscati
Denise Nefussi
Marco Antônio Rodrigues Jorge
Rodrigo Françoço Martini
Eduardo Pannunzio
Maíra Barbosa Ribeiro
Rossana de Araújo Rocha
José Alexandre Ferreira Sanches
Carlos Renato Lonel Alva Santos

414, 10
1932/026/01
Manesco, Ramires, Perez,
Azevedo Marques
Advocacia

São Paulo
Av. Paulista, 1274 21º andar
01310-100 São Paulo SP
Tel. (011) 3068-4700 fax 3068-4749
Brasília
SAUS, Quadra 1, Bloco N salas 706/707
CEP: 70070 - 941 Brasília - DF
Tel. (61) 223-7895 Fax 223-7895
www.manesco.com.br



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR CONSELHEIRO RELATOR DO
EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

TC - 1932/026/01

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ, por
seu advogado, vem, à presença de Vossa Excelência, requerer a concessão de
vista dos presentes autos.

Termos em que,
pede deferimento.



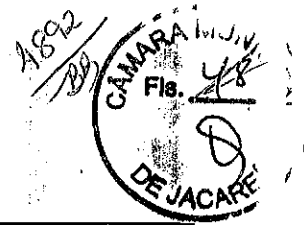
MARCOS AUGUSTO PEREZ

OAB/SP n.º: 100.075



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. nº	495
Proc.	1932/026/01
	Sandra



Juntamos nos presentes autos os documentos de fls. 494.
CGCRRM, 01 de março de 2005.

Sandra Silvestre
Sandra Silvestre Rodrigues Sanches
Auxiliar de Fiscalização Financeira V



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. nº	496
Proc.	1932/026/01
	Sandra

1592
BB

1593
BB

Processo: TC-1932/026/01

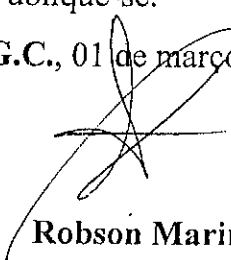
Interessada: Prefeitura Municipal de Jacareí, por seu advogado, Dr.
Marcos Augusto Perez, OAB/SP 100.075

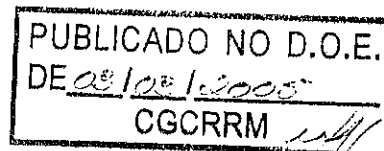
Assunto: requer vista e extração de cópias dos autos –
Expediente TC-7473/026/05, juntado a fls. nº 494

Defiro vista e extração de cópias no Cartório, onde os
autos ficarão à disposição da interessada pelo prazo de 5 (cinco) dias,
contados da publicação do presente despacho, observadas as cautelas
legais.

Publique-se.

G.C., 01 de março de 2005.


Robson Marinho
Conselheiro



Processo: TC- 1932/026/01

Nome: César Augusto Vilela Rezende (procuração fls.457) (43)

OAB/SP-E: 128.895

Fone: 3068-4731

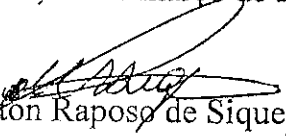
Nesta data obtive vista dos autos em epígrafe e retirei cópias de fls. 487/493, com recolhimento das custas apuradas.

São Paulo, 03 de março de 2005

Ass. 

Visto.

Devolvam-se os autos ao gabinete
CGCRRM, 04 de março de 2005


Milton Raposo de Siqueira
Auxiliar da Fiscalização Financeira V



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Fls. n° 498
TC-001932/026/2001



Handwritten initials and signature.

DECISÃO DO TRIBUNAL PLENO

DATA DA SESSÃO - 16-03-2005

Pelo voto dos Conselheiros Robson Marinho, Relator, Antonio Roque Citadini, Eduardo Bittencourt Carvalho, Edgard Camargo Rodrigues, Fulvio Julião Biazzi e Renato Martins Costa, preliminarmente o E. Plenário conheceu dos embargos de declaração opostos e, quanto ao mérito, pelas razões expostas no voto do Relator, juntado aos autos, rejeitou-os, ficando mantido o r. parecer recorrido em todos os seus termos.

PRESIDENTE - CONSELHEIRO CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA

- 1 - Relatório e voto (ou notas taquigráficas) juntados pela SDG-1;
- 2 - Ao Cartório do Relator para redação e publicação do acórdão;
- 3 - Ao GDF-4 para dar cumprimento à r. decisão embargada.

SDG-1, em 17 de março de 2005

SÉRGIO CIQUERA ROSSI
Secretário-Diretor Geral

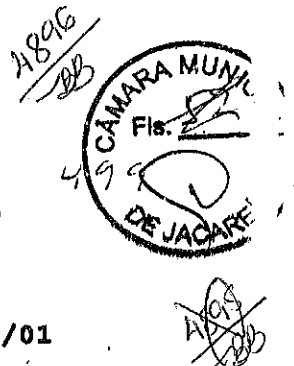
SDG-1/MML/rpa



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

TC-001932/026/01



5ª. sessão ordinária do Tribunal Pleno, realizada em 16 de março de 2005, no Auditório "Prof. José Luiz de Anhaia Mello"

PRESIDENTE - Conselheiro Cláudio Ferraz de Alvarenga

RELATOR - Conselheiro Robson Marinho

SECRETÁRIO - Sérgio Ciquera Rossi

PROCESSO - TC-001932/026/01

ASSUNTO - Embargante(s): Prefeitura Municipal de Jacareí.

Assunto: Contas anuais da Prefeitura Municipal de Jacareí, relativas ao exercício de 2001.

Responsável(is): Marco Aurélio de Souza e Maria Cristina de Paula Machado (Prefeitos à época).

Em Julgamento: Embargos de Declaração em face da decisão do E. Tribunal Pleno, que negou provimento ao pedido de reexame interposto contra a decisão da E. Primeira Câmara, que emitiu parecer desfavorável à aprovação das contas. Parecer publicado no D.O.E. de 08-12-04.

Advogado(s): Floriano de Azevedo Marques Neto, Marcos Augusto Perez, José Roberto Manesco e outros.

RELATOR - Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, cuidam os autos de embargos de declaração opostos pela Prefeitura Municipal de Jacareí.

(O relatório e voto preliminar de S.Exa. seguem juntados no final destas notas).

PRESIDENTE - O Sr. Relator conhece dos embargos, em preliminar. Em discussão. Em votação. O Plenário também.

RELATOR - No mérito, passo a proferir meu voto.

(O voto de mérito de S. Exa. segue juntado no final destas notas).

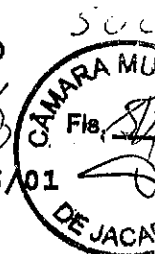
PRESIDENTE - Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Aprovado o voto do Relator.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

TC-001932/026/01



DECISÃO CONSTANTE DA ATA: Pelo voto dos Conselheiros Robson Marinho, Relator, Antonio Roque Citadini, Eduardo Bittencourt Carvalho, Edgard Camargo Rodrigues, Fulvio Julião Biazzi e Renato Martins Costa, preliminarmente o E. Plenário conheceu dos embargos de declaração opostos e, quanto ao mérito, pelas razões expostas no voto do Relator, juntado aos autos, rejeitou-os, ficando mantido o r. parecer recorrido em todos os seus termos.

Conselheiro Robson Marinho
Tribunal Pleno
Sessão: 16/3/2005



EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

39 TC-001932/026/01

Embargante(s): Prefeitura Municipal de Jacareí.

Assunto: Contas anuais da Prefeitura Municipal de Jacareí, relativas ao exercício de 2001.

Responsável(is): Marco Aurélio de Souza e Maria Cristina de Paula Machado (Prefeitos à época).

Em Julgamento: Embargos de Declaração em face da decisão do E. Tribunal Pleno, que negou provimento ao pedido de reexame interposto contra a decisão da E. Primeira Câmara, que emitiu parecer desfavorável à aprovação das contas. Parecer publicado no D.O.E. de 08-12-04.

Advogado(s): Floriano de Azevedo Marques Neto, Marcos Augusto Perez, José Roberto Manesco e outros.

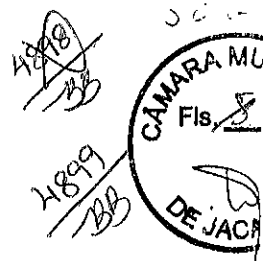
Auditada por: GDF-7 - DSF-I.

Auditoria atual: GDF-4 - DSF-I.

Relatório

Em sessão de 19/8/2003 a e. Primeira Câmara deste Tribunal decidiu emitir parecer desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Jacareí, relativas ao exercício de 2001, tendo em vista, principalmente, o descumprimento do contido no artigo 212 da Constituição Federal e no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, uma vez que restou demonstrada a aplicação insuficiente de recursos no ensino de modo geral e no fundamental (21,57% e 13,77%, respectivamente).

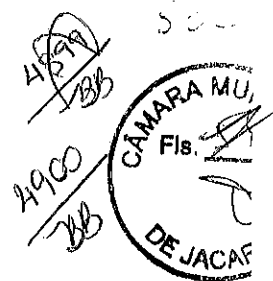
Inconformado, o responsável ingressou com pedido de reexame, que, levado ao conhecimento deste e. Plenário, em sessão de 27/10/2004, não foi provido. No entanto, na ocasião, foram reconhecidos como definitivos os seguintes percentuais de aplicação de recursos no setor educacional: 23,29% da receita proveniente de impostos e transferências no ensino de modo geral e 16,62% dessas mesmas receitas no ensino fundamental.



Ainda inconformado, o responsável opõe, agora, EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, procurando demonstrar que há omissão na decisão proferida.

Em suas razões, o embargante sustenta que este Tribunal deixou de considerar um dos argumentos centrais contidos no pedido de reexame, qual seja, o histórico do município de Jacareí quanto à aplicação no ensino dos anos anteriores. Nesse sentido, afirma que os índices apurados em 1999 e 2000 sempre estiveram abaixo do limite exigido constitucionalmente, gerando dificuldades para que a gestão municipal iniciada em 2001 pudesse elevar tais índices. Solicita, assim, que os valores inscritos em restos a pagar sejam considerados para completar o percentual previsto no citado dispositivo constitucional, por se tratar de despesas efetivadas com o setor, ainda que ausente disponibilidade financeira para sua cobertura.

Requer, por fim, que o embargo seja admitido agora



Voto

TC-001932/026/01

Preliminar

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço dos embargos de declaração.

Mérito

Quanto ao mérito, não prosperam as alegações apresentadas pelo embargante, que, na realidade, objetivam apenas rediscutir o mérito da matéria, o que é expressamente vedado nesta fase e pelo meio utilizado pelo interessado para alcançar esse fim.

É oportuno destacar que os argumentos utilizados nos presentes embargos foram expostos na sessão ordinária do Tribunal Pleno em 20/10/2004, quando foi concedida a oportunidade de sustentação oral ao representante do município. Serviram, pois, de subsídio ao exame da matéria, não havendo, por conseguinte, de se falar em falta de apreciação desta Casa sobre o assunto.

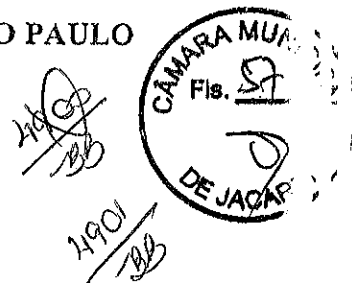
Demais disso, convém observar que todos os argumentos constantes do pedido de reexame e que eram relevantes para o assentamento de juízo sobre a matéria questionada foram considerados no voto condutor da decisão ora embargada.

Por todo o exposto e por não vislumbrar a presença de nenhum dos fundamentos imprescindíveis ao acolhimento dos embargos de declaração, voto por sua **rejeição**, ficando, em consequência, mantido o parecer recorrido em todos os seus termos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

A C Ó R D ã O



TC-001932/026/01 - Embargo de declaração.

Embargante: Prefeitura Municipal de Jacareí.

Assunto: Contas anuais da Prefeitura Municipal de Jacareí, relativas ao exercício de 2001.

Responsáveis: Marco Aurélio de Souza e Maria Cristina de Paula Machado (Prefeitos à época).

Em julgamento: Embargos de Declaração em face da decisão do E. Tribunal Pleno, que negou provimento ao pedido de reexame interposto contra a decisão da E. Primeira Câmara, que emitiu parecer desfavorável à aprovação das contas. Parecer publicado no D.O.E. de 08-12-04.

Advogados: Floriano de Azevedo Marques Neto, Marcos Augusto Perez, José Roberto Manesco e outros.

Ementa: Embargos de declaração. Conhecido e rejeitados. Inexistência de omissão ou contradição. Pretensão do recorrente de rediscutir o mérito.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

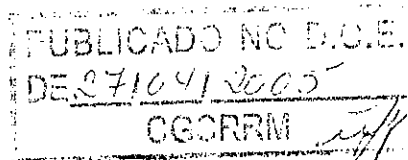
Pelo voto dos Conselheiros Robson Marinho, Relator, Antonio Roque Citadini, Eduardo Bittencourt Carvalho, Edgard Camargo Rodrigues, Fulvio Julião Biazzi e Renato Martins Costa, preliminarmente o E. Plenário, em sessão de 16 de março de 2005, conheceu dos embargos de declaração opostos e, quanto ao mérito, pelas razões expostas no voto do Relator, juntado aos autos, rejeitou-os, ficando mantido o r. parecer recorrido em todos os seus termos.

Publique-se.

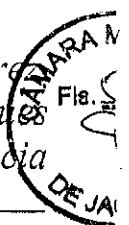
São Paulo, 18 de abril de 2005.


CLAUDIO FERRAZ DE ALVARENGA - Presidente


ROBSON MARINHO - Relator



Manesco, Ramires, Pereira
Azevedo Marques
Advocacia



São Paulo
Av. Paulista, 1274 21º andar
01310-100 São Paulo SP
Tel. (011) 3068-4700 fax 3068-4749

Brasília
SAUS, Quadra 1, Bloco N salas 706/707
CEP: 70070 - 941 Brasília - DF
Tel. (61) 223-7895 Fax 223-7895
www.manesco.com.br

Handwritten signature and initials.

AUTORIZAÇÃO (18.43)

Handwritten signature and initials.

Autorizo os estagiários **CARLOS EDUARDO BERGAMINI CUNHA**, inscrito na OAB/SP sob o nº 117.796-E e **MARTA MACCHIONE FERREIRA**, RG nº 28.410.030-4, a terem vista e extraírem cópia dos autos do TC – 1932/026/01, que trata da análise das contas da Prefeitura Municipal de Jacareí no exercício de 2001, em tramite perante o Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, sob relatoria do Eminentíssimo **Conselheiro Robson Marinho**.

São Paulo, 11 de abril de 2005.

Marcos Augusto Perez

OAB/SP 100.075

1903
BB



1903
BB

Processo: TC- 1932/026/01

Nome: Marta Macchione Ferreira (procuração fls.43)

RG/OAB: 28.410.030-4

Fone: 3068 4700

Nesta data obtive vista dos autos em epígrafe e retirei cópias de fls. 498/504, com o recolhimento das custas apuradas.

São Paulo, 28 de abril de 2005

Ass. Marta Macchione Ferreira

01.1.1

TC939

PESQUISA GERAL DE PROTOCOLOS

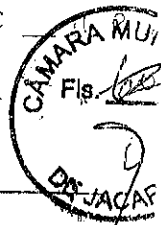
1904
BB

19/05/2011

11:18:00

TIP PROT.: _ - TC _ (?) _ - TCA _ (?) _ x - DOC _ TIPO DOC

***** P A R T E S *****



1. PARTE: CODIGO: _ (?) UNID.: _ (S/N) TC'S EM TRAMITE: _
NOME : _

2. PARTE: CODIGO: _ (?) UNID.: _ (S/N) OU MATRICULA: _
NOME : _

ENT. GERENCIADA: _ (?)

EXERCICIO : _ AUTUADO ENTRE: _ / _ / _ E _ / _ / _

TIPO DOC. : _ (?) PREFIXO : _ DATA DOC.: _ / _ / _

NUM. DOC. : _ / _ OU SEQ.: _

NUM. EDITAL : _ REGIONAL: _ RELATOR ATUAL: _

REF. TC- 0000000001932 / 026 / 01 DOC. NAO JUNTADOS AO REF. TC. x

RESPONSAVEIS : _

OBJETO: _

TOTAL DE PROTOCOLOS ENCONTRADOS 0000000

TECLE ENTER PARA CONTINUAR, CLEAR PARA RETORNAR OU PF12 PARA TERMINAR



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

4905
BB



Fls. 508
TC-1932/026/01
cao

4905
BB

CARTÓRIO DO GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

CERTIDÃO

Certifico que a r. Decisão de fls. 498 transitou em julgado em 2 de maio de 2005. Cartório do Gabinete do Conselheiro Robson Marinho, em 18 de maio de 2005, _____, **Mariangela Gomes**, Assistente Técnico de Gabinete I.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO



São Paulo, 25 de maio de 2005

4908
BB

Ofício CGCRRM nº 1057/05
TC-1932/026/01

Senhor Prefeito,

Nos termos do decidido pela Colenda Primeira Câmara e pelo Egrégio Tribunal Pleno desta Casa, em sessões de 19 de agosto de 2003, 27 de outubro de 2004 e 16 de março de 2005, quando da apreciação do processo em epígrafe, do pedido de reexame e dos embargos de declaração, encaminho a Vossa Excelência as respectivas cópias, acompanhadas de extrato dos rr. Pareceres e de fls. 167/174, 474/477, e 501/504 do processo em epígrafe, para conhecimento das recomendações propostas.

Apresento a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

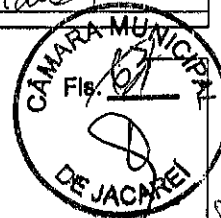
ROBSON MARINHO
CONSELHEIRO

Excelentíssimo Senhor
MARCO AURÉLIO DE SOUZA
Prefeito Municipal de
JACAREÍ - SP
pfrj-1



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

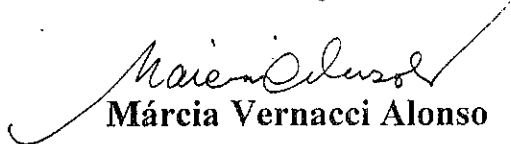
Fl. nº	510
Proc.	1932/026/01
<i>Maiores</i>	



A partir desta data os expedientes TCs- 29621/026/01, 2448/007/01, 390/007/02, 31815/026/01, 10000/026/03, 14895/026/01 e 30610/026/01 deixam de acompanhar os presentes autos.

Assim, cumpridas todas as alíneas do item 2 da r. Decisão de fls. 165/166, encaminhem-se ao GDF-4.

CGCRRM, 7 de junho de 2005.


Márcia Vernacci Alonso

Assessor Técnico Procurador



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

2908
BB

1993
BB

511
TC-1932/026/01



PROCESSO: TC-1932/026/01
PREFEITURA: JACAREÍ
ASSUNTO: CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2001.

Senhor Diretor-Técnico Substituto,

Em atendimento ao despacho de fls.498 efetuamos as devidas anotações.


O pedido de reexame foi negado, ficando mantido o parecer desfavorável, conforme Decisão do Tribunal Pleno em sessão realizada em 27/10/04, fls.471.

Cumprimos o determinado nos 5º e 8º parágrafos do voto do Relator da decisão anterior, fls. 165, mencionado que o contrato com o Instituto de Organização Racional do Trabalho - IDORT está sendo tratado no TC - 27941/026/05, acompanhando os expedientes TCs - 30610/026/03 e 10.000/026/03.

Conforme despacho do Secretário Diretor Geral item 4 letra "b" encaminhar os autos à Câmara Municipal.

À consideração de Vossa Senhoria.

DF-4.3, 06 de outubro de 2001.


LORISETE GOMES DA SILVA
Agente da Fiscalização Financeira
Chefe



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
PALÁCIO DA LIBERDADE

Consultoria Jurídica

PROTOCOLO GERAL Nº 1.843, de 14 de outubro de 2005.



PARECER Nº 278 – SOA – CJ/2005

Interessado: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Autor: Parecer desfavorável as contas anuais da Prefeitura Municipal do Exercício de 2001.

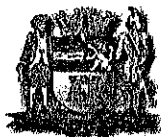
Examina-se parecer do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP), exarado em 22/10/2003 (cf. fls. 177), desfavorável à aprovação das contas do Prefeito Municipal, relativas ao Exercício de 2001. Concluiu o parecer, mesmo após apreciação dos recursos interpostos, que houve insuficiente aplicação de recursos no ensino (cf. fls. 478, aplicação apurada 23,29%). Ademais, o Conselheiro Relator do acórdão decidiu pela expedição de diversas recomendações alusivas às referidas contas municipais de 2001 (cf. fls. 174).

O procedimento, a ser adotado pelo Legislativo, está expresso nos artigos 131 e 132, do Regimento Interno (Resolução nº 642/2005), os quais, por serem por si só elucidativos, dispensam maiores comentários.

Assim dispõe o Capítulo III, do Título VIII, do Regimento Interno:

"CAPÍTULO III
Da Prestação de Contas

Art. 131. *Recebidos os processos com os respectivos pareceres do Tribunal de Contas, o Presidente mandará distribuir cópias dos autos às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Orçamento para parecer em 30 (trinta) dias, comunicando aos*



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
PALÁCIO DA LIBERDADE

Consultoria Jurídica



Vereadores que a matéria será mantida à disposição na Secretaria da Câmara.

§ 1º O Parecer será prolatado em conjunto, concluindo, com a respectiva proposição, pela rejeição ou aprovação das contas.

§ 2º Expirado o prazo deste artigo, será a matéria incluída na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Art. 132. A Câmara terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento do parecer prévio, para julgar as contas do Prefeito, observados os seguintes preceitos:

I - o Parecer somente poderá ser rejeitado por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;

II - decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias, sem deliberação, serão as contas consideradas aprovadas ou rejeitadas, de acordo com a conclusão do parecer do Tribunal de Contas;

III - rejeitadas as contas, por votação ou decurso de prazo, serão imediatamente remetidas pelo Presidente ao Ministério Público para os devidos fins;

IV - a decisão da Câmara será comunicada ao Tribunal de Contas."

É o parecer.

Consultoria Jurídica, 17 de outubro de 2005.


SIDNEI DE OLIVEIRA ANDRADE

CONSULTOR JURÍDICO

OAB / SP Nº 15.546



CÂMARA MUNICIPAL DE JACARÉI

PALÁCIO DA LIBERDADE



Jacaréi, 10 de Novembro de 2005

Da Direção

Para: Consultoria Jurídica


14011
AB

14010
AB

Com a finalidade de instruir eventual providência de competência da Presidência, solicitamos desta Consultoria Jurídica um parecer sobre a questão abordada no jornal "Diário de Jacaréi", edição desta data, sob o título QUESTÃO DE OPINIÃO, cujo assunto se refere ao direito constitucional que deve ser conferido para que o Prefeito Municipal Marco Aurélio de Souza compareça ao Legislativo com o objetivo de defender a legalidade das contas do Município de Jacaréi relativas ao exercício de 2001 que recebeu parecer contrário do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (Processo nº 182/2005 em tramitação nesta Casa Legislativa com prazo fatal fixado para o dia 13/12/2005).

Solicitamos, em caso positivo, que o parecer esclareça se a defesa do Prefeito deve ser apresentada por escrito em decorrência de solicitação da Presidência, ou se o Prefeito deve ser comunicado para comparecer ao Legislativo na Sessão Ordinária em que será discutido o processo com a finalidade de expor seus argumentos de defesa.

Na expectativa das informações solicitadas subscrevemo-nos,

PROTOCOLO GERAL
Nº <u>1982/10/11</u> 20 <u>05</u>
CÂMARA MUNICIPAL
JACARÉI

FUNÇÃO: <u>DIRETOR</u>

Atenciosamente


WANDERLEY BENEDICTO RAMOS
DIRETOR

QUESTÃO DE OPINIÃO

*Eloisa
Nascimento



O direito de se defender

A Câmara de Jacareí deve julgar em 60 dias a prestação de contas do prefeito Marco Aurélio do ano de 2001 rejeitadas pelo Tribunal de Contas do Estado. Com o recesso parlamentar de dezembro e janeiro, a matéria fica para o ano que vem, mas vai fazer rolar água e burburinho debaixo da ponte de lá e de cá.

Se a Câmara aprovar o parecer do TCE, o prefeito fica com seus direitos políticos suspensos por três anos e não poderá votar ou ser votado até 2009. Sempre foi assim: o processo vai para as comissões, essas emitem pareceres e o plenário vota. Não votando no prazo de 60 dias, o parecer do tribunal prevalece, mas os vereadores podem rejeitar esse parecer se entenderem que cada caso é um caso.

Mas há um fato que não vem sendo considerado. O prefeito Marco Aurélio tem o direito constitucional de comparecer à Câmara de Jacareí para defender-se,

pois trata-se de suspensão de direitos políticos embutida na aprovação do parecer do TCE. Uma lesão a direito constitucionalmente assegurado. Caso a Presidência da Câmara não lhe dê o direito de fazer sua defesa diante dos vereadores para mostrar que o tribunal não analisou tecnicamente suas razões e vetou suas contas por razões até de ordem política, Marco Aurélio tem o direito de ir a Juízo reclamar a tutela judicial para seu pleito.

Que o TCE age politicamente todo mundo sabe, pois até o STF tem agido politicamente. Quando o ex-prefeito BSL era do PSDB, suas contas de 1997 foram rejeitadas por todas as comissões técnicas do Tribunal de Contas, mas acabaram aprovadas pelos conselheiros, mesmo diante das mais cabeludas das irregularidades. Expulso do partido e com as contas cada vez mais desarrumadas, acabou jubilado nos anos seguintes, repetindo com louvor os desmandos

contábil-administrativos.

Os vereadores dificilmente lêem os relatórios do tribunal e, se lerem, duvidamos que consigam traduzi-los em um voto explicadinho na tribuna. Mais um motivo para que seja esclarecido perante eles diretamente pelo interessado.

O Supremo Tribunal Federal entende que o julgamento de

contas é decisão administrativa das câmaras municipais, sendo estranha à matéria legislativa. E sendo matéria administrativa, assim como

a judicial, dá ao prefeito o direito do contraditório e da ampla defesa prevista na Constituição. Ora, se teve o prefeito a condição de defender-se perante o Tribunal de Contas, mesmo não sendo acolhida sua defesa, pode também defender-se perante a Câmara, pelas mesmas razões. Ainda que seja o mesmo processo, os julgadores são outros. É como se fosse uma instância superior e o é, porque é ela que vai aprovar ou não o que decidiu o TCE. E mesmo que o regimento interno não preveja a defesa, ele não pode sobrepor-se à Constituição.

Portanto, caso não lhe seja dado direito de defesa, pode o prefeito Marco Aurélio sacar da algibeira ju-

risprudencial, a decisão do STF, deliberada por voto do ministro Ilmar Galvão, em 2001, que diz o seguinte: "Sendo o julgamento das contas do recorrente, como ex-Chefe do Executivo Municipal, realizado pela Câmara de Vereadores mediante parecer prévio do Tribunal de Contas, que poderá deixar de prevale-

O prefeito Marco Aurélio tem o direito constitucional de comparecer à Câmara de Jacareí para defender-se, pois trata-se de suspensão de direitos políticos

cer por decisão de dois terços dos membros da Casa Legislativa (arts. 31, § 1º, e 71 c/c o 75 da CF), é fora de dúvida que, no presente caso, em que o parecer foi pela rejeição das contas, não poderia ele, em face da norma constitucional sob referência, ter sido aprovado, sem que se houvesse propiciado ao interessado a oportunidade de opor-se ao referido pronunciamento técnico, de maneira ampla, perante o órgão legislativo, com vista a sua almejada reversão".

Portanto, a questão é administrativa, não legislativa e mesmo sendo política, pode ser questionada na Justiça. Questiona quem quiser; quem não quiser, abaixa a cabeça e vai pra casa.

QUESTÃO DE ECONOMIA

Marcos
Cintra



As vantagens da CPMF

Segundo o ministro Paulo Bernardo, o governo quer reduzir a carga tributária e escolheu a CPMF como ponto de partida. A intenção seria prorrogar a alíquota de 0,38% até 2009 e sua redução gradual até atingir 0,08% em 2013, quando então o tributo se tornaria permanente e seria mantido apenas como

mento de obscuros formulários, típico dos impostos declaratórios. Aliás, essas qualidades foram reconhecidas por Everardo Maciel, quando ocupava o cargo de secretário da Receita Federal. Segundo ele, a CPMF "é um ótimo imposto; tem custo praticamente zero, não afetou preços ou provocou desintermediação fi-

*Eloisa Nascimento é jornalista, advogada e diretora do Diário de Jacareí (SP) e-mail: eloisanascimento@uol.com.br

FRASES DE EFEITO

Brizola dizia que o PT era a UDN de tamanho. Pa-



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
PALÁCIO DA LIBERDADE

Consultoria Jurídica

4013
BB



PROTOCOLO GERAL Nº 1.982, de 10 de novembro de 2005.

[Handwritten signature]

PARECER Nº 296 – SOA – CJ/2005

Assunto : Consulta sobre a questão abordada no jornal "Diário de Jacareí", no sentido de assegurar-se ao Prefeito o direito constitucional de ampla defesa, no julgamento de Parecer do TCE, sobre contas anuais.

Interessado : Presidente Antonios Youssif Raad Júnior

Consulta-nos a Douta Presidência do Legislativo se, no julgamento de contas anuais do Prefeito Municipal, com parecer prévio do Egrégio Tribunal de Contas, no sentido da rejeição das mesmas, deve ser conferido, ao Chefe do Executivo, o direito constitucional de contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, como assegura o art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

Foi juntada, na consulta, cópia de publicação de um erudito artigo da jornalista e advogada Eloísa Nascimento, publicado no "Diário de Jacareí", edição de 10/11/2005.

Observamos, de início, que, sobre tal direito, são omissos a Lei Orgânica do Município (arts. 28, VII e 49, §§ 3º e 4º) e o Regimento Interno do Legislativo Municipal (Resolução nº 642/2005, de 29/09/2005, arts. 131 e 132).

A matéria já foi apreciada pela 1ª Turma do Egrégio Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 261.885-3, a qual, em acórdão de 05/12/2000, relatado pelo Ministro Ilmar Galvão, em decisão unânime, apreciando recurso de ex-Prefeito de Americana, prolatou a decisão assim ementada:

"Prefeito Municipal. Contas rejeitadas pela Câmara de Vereadores. Alegada ofensa ao princípio do direito de defesa (inc. LV do art. 5º da CF).

Praça dos Três Poderes, 74 – Centro – Jacareí / SP – CEP 12327-901 Fone: (0__ 12) 3955-2200 – FAX: (0__ 12) 3951-7808
Site: www.camarajacarei.sp.gov.br e-mail: consultoria.juridica@camarajacarei.sp.gov.br

[Handwritten signature]



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
PALÁCIO DA LIBERDADE

Consultoria Jurídica

4944
BB



Sendo o julgamento das contas do recorrente, como ex-chefe do Executivo municipal, realizado pela Câmara de Vereadores mediante parecer prévio do Tribunal de Contas, que poderá deixar de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Casa Legislativa (arts. 31, § 1º, e 71 c/c o art. 75 da CF), é fora de dúvida que, no presente caso, em que o parecer foi pela rejeição das contas, não poderia ele, em face da norma constitucional sob referência, ter sido aprovado, sem que se houvesse propiciado ao interessado a oportunidade de opor-se ao referido pronunciamento técnico, de maneira ampla, perante o órgão legislativo, com vista a sua almejada reversão.

Recurso conhecido e provido."

(Cópia anexa)

A questão não é pacífica, havendo posicionamentos divergentes, embora minoritários. Porém no Estado de São Paulo, o Egrégio Tribunal de Justiça, mesmo antes do pronunciamento do STF, já adotava o mesmo posicionamento da Suprema Corte, podendo ser citados os acórdãos prolatados na Apelação Cível nº 39.092-5/7, julgada em 25/06/1999, **Relatora Des. Tereza Ramos Marques** (8ª Câmara de Direito Público, decisão unânime, cópia anexa) e em anteriores julgamentos nas Apelações Cíveis nºs 242.516-1/4, **Rel. Des. Alberto Gentil**, julgada em 25/06/1996, decisão unânime e 212.477-1, **Rel. Des. Olavo Silveira**.

O nosso posicionamento e a posição que temos defendido são no sentido de que não pode ser afastado, no julgamento de contas do Prefeito Municipal, o direito de contraditório e ampla defesa.

Ora, ao deliberar sobre as contas anuais da Chefia do Executivo, aprovando-as ou rejeitando-as, o Legislativo atua como órgão julgador, por meio de processo que há de respeitar as prescrições constitucionais relativas à garantia do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, bem assim o da motivação.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE

Consultoria Jurídica



A contenciosidade e a litigiosidade do aludido procedimento exsurgem indubitadas das suas graves implicações. É que, como se sabe, o pronunciamento da Câmara pela rejeição das contas tem consequência punitiva para o prestador, qual seja, sua inelegibilidade por 5 (cinco) anos. Por isso mesmo, há possibilidade de, no âmbito do Judiciário, ser questionada a validade do procedimento, como corolário do lícito direito de defesa do interessado (Lei Complementar nº 64/90).

Desse entendimento também não discrepa a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, como se vê do julgamento do RMS nº 2.647-4 - RJ, DJ de 27.9.93.

Em abono à tese está também a doutrina de JOSÉ NILO DE CASTRO (**Julgamento das Contas Municipais**), para quem "é elementar o reconhecimento do direito de defesa ampla dos prestadores de contas públicas (...), notadamente no órgão julgador, tratando-se de prefeito, na Câmara Municipal" (p. 40).

Invocando ensinamento de ODETE MEDAUAR, o citado municipalista observa "que a informação geral, a ouvida dos sujeitos e a motivação representam desdobramentos do contraditório", para concluir, com muito acerto, que "faltando os desdobramentos diretos do contraditório, a saber, de um lado, a informação prévia e geral dos atos sujeitos a julgamento, a ouvida do prestador - interessado direto - e a motivação e, de outro lado, e em consequência, a oportunidade de reagir àquelas informações, com direito de presença e de audiência, desconhecendo-se as manifestações postas e não se tendo a motivação, que influi sobre a decisão final, ter-se-á a nulidade do mesmo julgamento, de pleno direito" (pp. 36/37, ob. cit.).

Resta a questão: sendo omissos a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno da Câmara sobre a matéria, como deve proceder o Legislativo para assegurar o direito em referência ao Prefeito Municipal, no julgamento de suas contas?

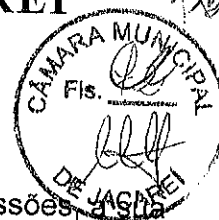
Entendemos que a Presidência, no mesmo momento em que distribui cópias dos autos às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Orçamento, que devem prolatar parecer conjunto no prazo de 30 (trinta) dias (art. 131, do Regimento Interno), deve enviar um ato citatório ao Prefeito Municipal, por meio de



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
PALÁCIO DA LIBERDADE

Consultoria Jurídica

4916
25



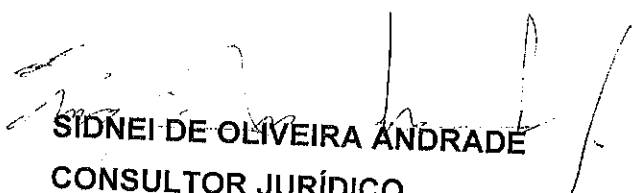
ofício, oferecendo-lhe a oportunidade de apresentar, perante aquelas Comissões, a sua defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, para exame das mesmas e, caso apresentada a defesa, sua cópia deve ser distribuída aos Vereadores.

Na data da sessão de julgamento, que será previamente comunicada ao Prefeito, deve ser oferecida a este a oportunidade de sustentar sua defesa, pessoalmente ou por advogado constituído, oralmente, na Tribuna, após os pronunciamentos dos Vereadores, sendo razoável que se dê um prazo de trinta minutos para essa sustentação oral.

Respeitadas opiniões divergentes, é este o nosso entendimento, embora não esteja, até o presente, sendo adotado pela Câmara Municipal.

Opinamos que sejam distribuídas cópias deste Parecer a todos os nobres Vereadores e que, doravante, seja adotado o procedimento nele sugerido.

Consultoria Jurídica, 11 de novembro de 2005.



SIDNEI DE OLIVEIRA ANDRADE
CONSULTOR JURÍDICO
OAB / SP Nº 15.546



**PREFEITO MUNICIPAL – JULGAMENTO DAS CONTAS PELA
CÂMARA DOS VEREADORES – INOBSERVÂNCIA DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA**

RE nº 261.885-3-SP
Recorrente: Waldemar Tebaldi
Recorrida: Câmara Municipal de Americana
Relator: Min. Ilmar Galvão

Prefeito municipal. Contas rejeitadas pela Câmara de Vereadores. Alegada ofensa ao princípio do direito de defesa (inc. LV do art. 5º da CF).

Sendo o julgamento das contas do recorrente, como ex-chefe do Executivo municipal, realizado pela Câmara de Vereadores mediante parecer prévio do Tribunal de Contas, que poderá deixar de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Casa Legislativa (arts. 31, § 1º, e 71 c/c o art. 75 da CF), é fora de dúvida que, no presente caso, em que o parecer foi pela rejeição das contas, não poderia ele, em face da norma constitucional sob referência, ter sido aprovado, sem que se houvesse propiciado ao interessado a oportunidade de opor-se ao referido pronunciamento técnico, de maneira ampla, perante o órgão legislativo, com vista a sua almejada reversão.

Recurso conhecido e provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, por sua Primeira Turma, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso extraordinário e lhe dar provimento, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 5 de dezembro de 2000.

Min. Moreira Alves, Presidente – Min. Ilmar Galvão, Relator.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Ilmar Galvão (Relator): Recurso que, pela letra a do permissivo constitucional, foi interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo, que concluiu pela improcedência de ação de desconstituição de ato da Câmara Municipal de Americana pelo qual foram rejeitadas as contas de ex-prefeito municipal.

Sustenta o recorrente haver a referida decisão ofendido o inc. LV do art. 5º da Constituição Federal, **primeiramente**, ao considerar que cabia ao Poder Judiciário, no caso, tão-somente, perquirir se foram observados os requisitos legais de tramitação do ato que culminou com a rejeição das contas por ele prestadas como prefeito municipal; e, **ao depois**, por haver afastado a alegação de nulidade do processo, em face do indeferimento, pelo Juiz, da produção das provas com que pretendia demonstrar a falta de fundamentação dos atos cuja desconstituição postulou.

O recurso, indeferido na origem, veio ao STF por efeito de provimento de agravo, havendo a d. Procuradoria-Geral da República, em parecer do Dr. João Batista de Almeida, opinado pelo conhecimento e provimento.

Houve recurso especial, que não prosperou.

É o relatório.



VOTO

O Sr. Ministro Ilmar Galvão (Relator): O acórdão refutou ambas as alegações do recorrente, ao assim decidir (fl. 124):

"A alegação de haver o apelante suportado cerceamento de defesa e inobservância do contraditório é de se afastar, porquanto na conduta da recorrida não se vislumbra nenhuma violação ao preceito constitucional que garante, nos processos judiciais e administrativos, os referidos princípios, pois o julgamento de contas é procedimento típico e específico, cabendo ao Judiciário, em hipóteses que tais, apreciar a questão sob a ótica da legalidade, ou seja, perquirir se acaso foram observados os requisitos legais de tramitação do ato que culminou com a rejeição das contas prestadas (ausente eventual vício formal) pelo ora apelante que, por sinal, se acaso pretendesse, efetivamente, defender-se poderia fazê-lo no ensejo do fluir da apreciação das contas na Corte mencionada".

Demonstrou, entretanto, o ilustrado parecer da d. Procuradoria-Geral da República que não se houve com desacerto a sentença de primeiro grau ao julgar de plano a ação, uma vez que, efetivamente, despcienda, na esfera judicial, a produção de prova, posto que não contrariada a alegação de que o julgamento, pela Câmara de Vereadores, ocorrera sem que houvesse sido propiciada ao ora recorrente oportunidade de defesa.

No que concerne ao julgamento político-administrativo realizado pelo órgão do Poder Legislativo, sustentou o mencionado parecer, com apoio no magistério doutrinário de Eduardo Botallo, que o direito de defesa do recorrente, ainda que exercido pelo recorrido perante o Tribunal de Contas, quando do exame prévio de suas contas, ainda assim haveria de ser-lhe assegurado por ocasião do seu julgamento pela Câmara Municipal.

Sustenta, com efeito, o conceituado administrativista, que "o processo que precede tal julgamento submete-se ao conceito tradicional que a expressão comporta", configurando "matéria estranha ao processo legislativo", razão pela qual, conforme decidido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, na ApCv nº 212.477, rel. Desembargador Olavo Silveira, se revela "inaceitável, por afrontar o princípio constitucional da amplitude da defesa, que se negue ao prefeito, cujas contas estejam sendo julgadas pela Câmara, o direito de se defender perante a edilidade, ou de produzir outras provas, não oferecidas na fase preliminar de exame e verificação administrativa".

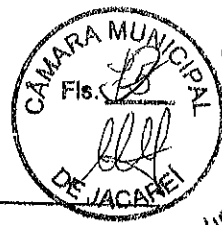
Trata-se de pronunciamento incensurável.

Com efeito, sendo o julgamento das contas do chefe do Executivo municipal, na conformidade do disposto nos arts. 31, § 1º, e 71 c/c o art. 75 da Constituição, realizado pela Câmara de Vereadores, mediante parecer prévio do Tribunal de Contas, que poderá deixar de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal (art. 31, § 2º), é fora de dúvida que, no presente caso, em que o parecer foi pela rejeição das contas, não poderia ser recusada ao recorrente a oportunidade de a ele opor-se, de maneira ampla, perante o órgão legislativo, com vista a sua almejada reversão.

A decisão da Câmara de Vereadores que, no caso, reitera-se, não revestia natureza legislativa, mas administrativa, havendo sido proferida sem que se assegurasse ao recorrente o contraditório e a ampla defesa, ofendeu a norma do Inc. LV do art. 5º da Constituição Federal.

O acórdão recorrido, afastando-se desse entendimento, não pode subsistir.

Meu voto, por isso, conhece do recurso e lhe dá provimento.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONTAS MUNICIPAIS – EMISSÃO DO PARECER PRÉVIO PELO
TRIBUNAL DE CONTAS – JULGAMENTO PELA CÂMARA MUNICIPAL
OBSERVÂNCIA À AMPLA DEFESA

ApCv nº 39.092-5/7

Apelante: Câmara Municipal de Caconde

Apelado: Edgard Tortorelli Nogueira

Relatora: Des. Teresa Ramos Marques

Anulatória. Caconde. Rejeição de contas de prefeito municipal. Parecer do Tribunal de Contas constatando irregularidades. Ofensa a garantia da ampla defesa. Sentença de procedência. *Mesmo se tratando de processo administrativo de controle, tendo havido comunicação do parecer do Tribunal de Contas ao interessado, com possibilidade de recurso, fazendo-se o julgamento pela Câmara Municipal, a oportunidade de defesa deve ocorrer perante o Legislativo, para fiel observância da garantia constitucional.* Negado provimento ao recurso.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 39.092-5/7, da Comarca de Caconde, em que é apelante Câmara Municipal de Caconde, sendo apelado Edgard Tortorelli Nogueira, acordam, em Oitava Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por votação unânime, negar provimento ao recurso, de conformidade com o relatório e voto do Relator, que ficam fazendo parte do acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores Toledo Silva (Presidente, sem voto), Paulo Travain e Pinheiro Franco.

São Paulo, 23 de junho de 1999.

Des. Teresa Ramos Marques, Relatora.

Relatório

Sentença, cujo relatório se adota, de procedência da anulatória de decretos legislativos de julgamento das contas, relativas aos exercícios de 1989, 1990, 1991 e 1992, prestadas pelo réu na qualidade de prefeito municipal, por desres-

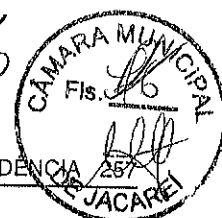
peito à garantia da ampla defesa, apela a Câmara alegando que o Tribunal de Contas estava apto a emitir parecer e a lei prevê recurso administrativo deste ato. Como o apelado não o utilizou, embora comunicado formalmente da manifestação desfavorável do TCESP, não violou seu direito de defesa no julgamento. As contas têm irregularidades insanáveis e a Câmara simplesmente acatou o parecer do referido tribunal técnico, pois não é qualificada para executar perícia detalhada.

Nas contra-razões insiste o apelado que o recurso não abala os sólidos fundamentos da sentença.

É o relatório.

Voto

Mesmo que o apelado tenha recebido comunicação do resultado da análise desfavorável do Tribunal de Contas, com possibilidade de recorrer deste, pode ter-se mantido inerte porque se tratava de **parecer**, reservando-se para se defender na Câmara Legislativa, onde as contas seriam efetivamente **julgadas**.



Realmente, as contas do chefe do Executivo são **apreciadas** pelo Tribunal de Contas (art. 71, I, da CF), mas não são **julgadas** por aquele órgão. A Constituição Estadual também deixa expresso que ao TCESP apenas cabe "emitir **parecer** sobre a prestação anual de contas da administração financeira dos Municípios, exceto a dos que tiverem Tribunal próprio" (art. 33, inc. XIII).

Portanto, realmente não poderia a Câmara desde logo julgar as contas emitindo os decretos legislativos, sem antes dar ao apelado a oportunidade de se defender perante o Legislativo municipal.

Tal não significa que o parecer do Tribunal de Contas não seja digno de fé e não possa ser acolhido pela apelante. Pelo contrário, trata-se de órgão altamente especializado na conferência de contas públicas, sendo seu parecer a peça mestra do julgamento a ser realizado no Legislativo.

No entanto, como é a apelante que faz o julgamento, estava sujeita ao cumprimento do art. 5º, LV, da Constituição Federal, segundo o qual "aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes".

Assim tem decidido este Tribunal de Justiça, como demonstra o julgado proferido na Apelação Cível nº 242.516-1/4, juntado por cópia (fls. 4710/4712), relatado pelo Desembargador Alberto Gentil que, por sua vez, menciona o proferido na Ape-

lação Cível nº 212.477-1, relatado pelo Desembargador Olavo Silveira.

O fato de se tratar de um processo administrativo de **controle**, no qual o parecer contábil do Tribunal de Contas depende de votação qualificada do Plenário da Câmara, para deixar de ser vinculante e se tornar meramente opinativo, não torna prescindível a oportunidade de defesa antes do julgamento, como ensina Hely Lopes Meirelles, em sua obra **Direito Administrativo Brasileiro**, 24ª ed. atualizada, Malheiros, a saber:

"Processo de controle: 'processo administrativo de controle' é todo aquele em que a Administração realiza verificações e declara situação, direito ou conduta do administrado ou de servidor, com caráter vinculante para as partes. Tais processos, normalmente, têm rito próprio e, quando neles se depa-ram irregularidades puníveis, exigem oportunidade de defesa ao interessado, antes de seu encerramento, sob pena de invalidade do resultado da apuração" (p. 622).

Nessas condições, constatadas irregularidades nas contas de prefeito, por sinal insanáveis segundo a apelante, era indispensável o respeito à garantia constitucional da ampla defesa perante o próprio órgão incumbido do julgamento.

Pelo meu voto, portanto, nego provimento ao recurso.

Des. Teresa Ramos Marques, Relatora.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE



Jacareí, 11 de Novembro de 2005

OFÍCIO Nº 214/11/11/2005-CMP

Excelentíssimo Senhor,

Servimo-nos do presente, nos termos do parecer anexo da Consultoria Jurídica desta Casa Legislativa para notificar Vossa Excelência a apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias sua defesa nas Contas da Prefeitura Municipal de Jacareí relativas ao exercício de 2001 que receberam parecer desfavorável do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Informamos a Vossa Excelência que sua defesa será encaminhada para exame das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças e Orçamento, sendo que quando da apreciação da matéria pelo Plenário lhe será concedida a oportunidade de sustentação oral, pessoalmente ou por advogado legalmente constituído.

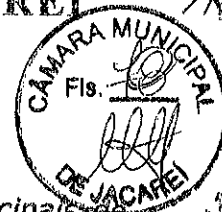
Nesta oportunidade encaminhamos a Vossa Excelência cópia do Processo nº 182, de 17/10/2005 informando que, embora a Prefeitura Municipal tenha todos os subsídios para instruir a defesa em decorrência dos argumentos já apresentados ao Tribunal, ainda assim, colocamos a sua disposição para serem consultados os 14

Praça dos Três Poderes, 74 - Centro - Jacareí / SP - CEP 12327-170 Fone: (0 __ 12) 3952-1122 - FAX: (0 __ 12) 3951-7808
Site: www.jacarei.sp.gov.br e-mail: camara@jacarei.sp.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE JACARÉ

PALÁCIO DA LIBERDADE



(catorze) volumes de documentos que integram as contas municipais de 2001.

Sem outro particular subscrevemo-nos com protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente

ANTONIOS YOUSSEF RAAD JÚNIOR

PRESIDENTE

Á
SUA EXCELÊNCIA, O SENHOR
MARCO AURÉLIO DE SOUZA
DD. PREFEITO MUNICIPAL DE JACARÉ
EM MÃOS



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE



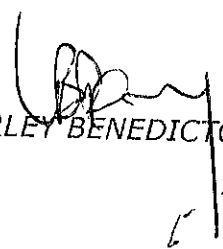
COMUNICADO AOS INTEGRANTES DAS COMISSÕES DE
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E
FINANÇAS E ORÇAMENTO

1023/BB

Nobres vereadores,

Por ordem da Presidência, pelo presente comunicamos os membros das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças e Orçamento, que o prazo para emissão de parecer no Processo nº 182, de 17 de Outubro de 2005 - "Contas da Prefeitura Municipal de Jacareí relativas ao exercício de 2001" foi prorrogado para o dia 02 de Dezembro de 2005, tendo em vista que através do Ofício nº 214/11/11/2005, cópia anexa, o Sr. Prefeito Municipal de Jacareí foi notificado a apresentar sua defesa na forma da lei, nos termos do parecer da Consultoria Jurídica do Legislativo já distribuído a todos os vereadores.

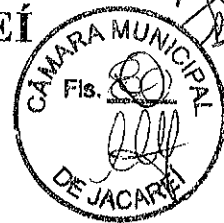
Atenciosamente


WANDERLEY BENEDICTO RAMOS
DIRETOR



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE



Jacaréi, 11 de Novembro de 2005

OFÍCIO Nº 214/11/11/2005-CMP

4924
AB

Excelentíssimo Senhor,

Servimo-nos do presente, nos termos do parecer anexo da Consultoria Jurídica desta Casa Legislativa para notificar Vossa Excelência a apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias sua defesa nas Contas da Prefeitura Municipal de Jacaréi relativas ao exercício de 2001 que receberam parecer desfavorável do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Informamos a Vossa Excelência que sua defesa será encaminhada para exame das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças e Orçamento, sendo que quando da apreciação da matéria pelo Plenário lhe será concedida a oportunidade de sustentação oral, pessoalmente ou por advogado legalmente constituído.

Nesta oportunidade encaminhamos a Vossa Excelência cópia do Processo nº 182, de 17/10/2005 Informando que, embora a Prefeitura Municipal tenha todos os subsídios para instruir a defesa em decorrência dos argumentos já apresentados ao Tribunal, ainda assim, colocamos a sua disposição para serem consultados os 14

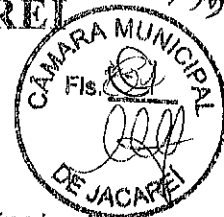
Praça dos Três Poderes, 74 – Centro – Jacaréi / SP – CEP 12327-170 Fone: (0 __ 12) 3952-1122 – FAX: (0 __ 12) 3951-7808
Site: www.camarajacarei.sp.gov.br e-mail: camarajacarei@oi.com.br

Prefeitura Municipal de Jacaréi	
Chefia de Gabinete	
Recebi em	11/11/05
As	14 h 35
Assinatura	



CÂMARA MUNICIPAL DE JACARÉ

PALÁCIO DA LIBERDADE



(catorze) volumes de documentos que integram as contas municipais de 2001.

14/08/01

Sem outro particular subscrevemo-nos com protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente

ANTONIOS YOUSSEF RAAD JÚNIOR

PRESIDENTE

Á
SUA EXCELÊNCIA, O SENHOR
MARCO AURÉLIO DE SOUZA
DD. PREFEITO MUNICIPAL DE JACARÉ
EM MÃOS

SILVEIRA
ANDRADE
ADVOGADOS



Nota Fiscal de Trabalho da Silva
Marela Santiago de Sousa Andrade
Liliana Cristina Pires Moraes
Henrique de Campos Feres

4926
DB

4927
DB

EXCELENTÍSSIMO SENHOR VEREADOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JACARÉ,

PROTOCOLO GERAL
Nº <u>20821/25/11</u> 20 <u>05</u>
CÂMARA MUNICIPAL
JACARÉ
<u>Shane</u>
FUNÇÃOÁRIO

Ref.: Parecer TCE - Contas do exercício de 2001.

MARCO AURÉLIO DE SOUZA, Brasileiro, Solteiro, Prefeito do Município, vem, por meio de seu Procurador (procuração anexa), apresentar DEFESA PRÉVIA, em face do parecer exarado pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, tempestivamente, atendendo ao prazo conferido por esta Câmara Municipal, o que faz nos termos a seguir delineados.

I - DOS FATOS

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo analisou as Contas apresentadas pelo Município, relativas ao exercício de 2001, primeiro ano do mandato do atual Prefeito. Os trabalhos da Auditoria daquele órgão de fiscalização apontaram supostas irregularidades que, fossem procedentes, poderiam ensejar a responsabilização dos Agentes Públicos envolvidos.

Em específico, a Auditoria do Tribunal de Contas apontou falhas relacionadas a: i) falha na elaboração do plano plurianual de 1997; ii) aumento da Dívida Ativa; iii) suposta falha na condução de alguns procedimentos licitatórios; iv) desrespeito à ordem cronológica de

pagamentos; v) equívoco na aplicação de recursos oriundos de multas de trânsito; vi) gastos irregulares com funcionalismo; vii) Resultado Econômico equivocado, uma vez que não foi contabilizada a dívida com o IPMJ; viii) não atendimento às instruções do TCE, ix) previsão equivocada de arrecadação, em desacordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal; x) aplicação insuficiente de recursos públicos no ensino; xi) irregularidades referentes aos repasses decendiais; e, por fim, xii) outras denúncias de natureza política.

Entretanto, os esclarecimentos oportunamente apresentados àquela Corte de Contas lograram êxito em demonstrar que o Executivo Municipal administrou o Município de Jacareí, sob o aspecto econômico-financeiro, com a eficiência, responsabilidade e o zelo exigidos pela legislação. Assim, todas as supostas irregularidades constatadas pela Auditoria foram devidamente esclarecidas, e as contas aprovadas, em relação aqueles fatos.

Contudo, sob um único aspecto, o Tribunal de Contas manteve seu posicionamento, qual seja, a suposta aplicação insuficiente de recursos públicos em educação, na forma estabelecida pelo art. 212 da Constituição Federal - o que corresponde a 25% da receita resultante de impostos.

Foram reconhecidos gastos com ensino, que originalmente haviam sido contabilizados de forma equivocada, sob outras rubricas formalmente alheias à pasta da Educação. Entretanto, não foi possível atingir o limite constitucional, uma vez que o TCE não considerou a inserção do montante presente nos "restos a pagar", ainda que efetivamente gastos com ensino. O Tribunal assim argumentou:

Em que pesem os respeitáveis argumentos acrescidos pelo representante da Prefeitura Municipal solicitando a inclusão para esse fim dos valores inscritos em restos a pagar, para os quais não havia o correspondente lastro

financeiro em conta vinculada, sob a alegação de que referidos valores teriam sido liquidados no exercício posterior, penso que tal pretensão não deve prosperar.

Isso porque, ao estabelecer que parte da receita arrecadada no exercício seja aplicada no ensino, quer a Constituição, que haja efetivo comprometimento de recursos financeiros do próprio exercício, o que não se obtém apenas com a reserva orçamentária destituída de lastro efetivo (...).¹

Nota-se, desde logo, que o argumento levantado pelo I. Conselheiro não se sustenta. Apesar de reconhecer indiretamente que as prestações atreladas a determinados gastos foram efetivamente empenhadas no ano de 2001, ele afirma que a desvinculação dos recursos a uma conta específica da educação compromete o raciocínio exposto pelo Prefeito.

Com esse único fundamento, as contas foram rejeitadas no que tange aos gastos com o ensino municipal, motivo pelo qual a Câmara deverá analisar o parecer emitido pelo Tribunal de Contas, conforme o art. 28, inciso VII, da Lei Orgânica do Município.

O procedimento administrativo de análise do referido parecer foi iniciado pela intimação feita por esta Câmara, para a apresentação de Defesa Prévia.

Nos próximos tópicos a defesa será realizada, sem deixar de, preliminarmente, apontar a existência de vícios que podem macular o procedimento de análise, tornando-o inócuo, caso as falhas não sejam sanadas.

II - PRELIMINARMENTE

Conforme já foi afirmado, o presente processo tem fundamento no art. 28, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, que possui

¹ Trecho do Voto do Conselheiro Robson Marinho, fls 477, no TC 001932/026/01.

1929

SILVEIRA
ANDRADE
ADVOGADOS



desdobramento no art. 49 do mesmo diploma legal, a seguir transcrito *in verbis*:

Artigo 49 - A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. (...)

§ 2.º - O controle externo da Câmara será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado e compreenderá a apreciação das Contas do Prefeito e da Mesa da Câmara, o acompanhamento das atividades financeiras e orçamentárias do Município, o desempenho das funções de auditoria financeira e orçamentária, bem como o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

§ 3º - As contas do Prefeito e da Câmara Municipal, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara dentro de 60 (sessenta) dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas, considerando-se julgadas nos termos das conclusões desse parecer, se não houver deliberação nesse prazo.

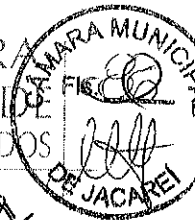
§ 4º - Somente por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal deixará de prevalecer o parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Estado. (...)

Nota-se que o artigo acima citado é extremamente lacônico no que tange ao procedimento a ser adotado pela Câmara Municipal. Não há qualquer estipulação que imponha a criação de uma comissão especial para a análise do caso. No mesmo sentido, não há qualquer determinação que especifique o responsável pela coleta de provas, por exemplo.

Contudo, o silêncio do dispositivo não pode conduzir à conclusão pela inexistência de um devido processo legal de apuração das contas. Isso porque a Constituição Federal afirma que todo e qualquer procedimento deve assegurar o contraditório e a ampla defesa:

1930
10/08

SILVEIRA
ANDRADE
ADVOCADOS



1930
10/08

Art. 5.º (...)

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

A situação em que se encontra o Prefeito enquadra-se perfeitamente no inciso acima citado, uma vez que este é acusado de ter se omitido na correta aplicação dos recursos destinados à educação. Deve-se observar, ainda, que o resultado do julgamento realizado no Tribunal de Contas é um parecer, que não vincula a decisão da Câmara, legítima detentora da competência de fiscalização do Poder Executivo local. O papel do TCE é de mero auxiliar. De fato, o parecer pode ser rejeitado pelo voto de 2/3 dos Vereadores. E estes apenas estarão aptos a votar se for dada a oportunidade de manifestação do Prefeito sobre o teor do parecer.

A própria Câmara já reconheceu, de alguma forma, esse fato, ao permitir a apresentação da presente Defesa Prévia. Contudo, o mandamento constitucional é observado apenas se houver um efetivo direito de defesa. Com isso, quer-se dizer que não é apenas através da oitiva prévia do Prefeito que os seus direitos ao contraditório e à ampla defesa serão defendidos.

Exige-se que seus argumentos sejam efetivamente ponderados pela Câmara, através de decisão fundamentada, que demonstre a sua apreciação. Isso só pode ocorrer se houver a determinação de um rito próprio, centrado em um órgão específico, voltado não apenas à apreciação das provas, mas também à sua produção.

Assim, é imprescindível a criação de uma comissão especial processante, semelhantemente ao que ocorre nos casos dos artigos 33 e 28, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, que cuidam de hipóteses semelhantes, em que a Câmara exerce a atribuição de órgão julgante. Ou, pelo menos, a atribuição do processo a uma das Comissões já existentes, para que atue em sua instrução.

Doutra forma, restaria prejudicado o direito de defesa do Prefeito, fato que contaminaria de ilegalidade o procedimento na Câmara. Não haveria outra saída senão pleitear a anulação do feito frente ao Poder Judiciário, que possui farta jurisprudência no sentido de privilegiar o efetivo direito de defesa. Cite-se, por exemplo, o Supremo Tribunal Federal:

4931/00

SILVEIRA
ANDRADE
ADVOGADOS

"I. Tribunal de Contas: competência: contratos administrativos (CF, art. 71, IX e §§ 1º e 2º). O Tribunal de Contas da União - embora não tenha poder para anular ou sustar contratos administrativos - tem competência, conforme o art. 71, IX, para determinar à autoridade administrativa que promova a anulação do contrato e, se for o caso, da licitação de que se originou. II. Tribunal de Contas: processo de representação fundado em invalidade de contrato administrativo: incidência das garantias do devido processo legal e do contraditório e ampla defesa, que impõem assegurar aos interessados, a começar do particular contratante, a ciência de sua instauração e as intervenções cabíveis. Decisão pelo TCU de um processo de representação, do que resultou injunção à autarquia para anular licitação e o contrato já celebrado e em começo de execução com a licitante vencedora, sem que a essa sequer se desse ciência de sua instauração: nulidade. Os mais elementares corolários da garantia constitucional do contraditório e da ampla defesa são a ciência dada ao interessado da instauração do processo e a oportunidade de se manifestar e produzir ou requerer a produção de provas; de outro lado, se se impõe a garantia do devido processo legal aos procedimentos administrativos comuns, a fortiori, é irrecusável que a ela há de submeter-se o desempenho de todas as funções de controle do Tribunal de Contas, de colorido quase - jurisdicional. A incidência imediata das garantias constitucionais referidas dispensariam previsão legal expressa de audiência dos interessados; de qualquer modo, nada exclui os procedimentos do Tribunal de Contas da aplicação subsidiária da lei geral de processo administrativo federal (L. 9.784/99), que assegura aos administrados, entre outros, o direito a "ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos (art. 3º, II), formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente". A oportunidade de defesa assegurada ao interessado há de ser prévia à decisão, não lhe suprimindo a falta a admissibilidade de recurso, mormente quando o único admissível é o de reexame

pelo mesmo plenário do TCU, de que emanou a decisão."²

"PROCESSO ADMINISTRATIVO - RESTRIÇÃO DE DIREITOS - OBSERVÂNCIA NECESSÁRIA DA GARANTIA CONSTITUCIONAL DO "DUE PROCESS OF LAW" (CF, ART. 5º, LV) - REEXAME DE FATOS E PROVAS, EM SEDE RECURSAL EXTRAORDINÁRIA - INADMISSIBILIDADE - RECURSO IMPROVIDO. RESTRIÇÃO DE DIREITOS E GARANTIA DO "DUE PROCESS OF LAW". - O Estado, em tema de punições disciplinares ou de restrição a direitos, qualquer que seja o destinatário de tais medidas, não pode exercer a sua autoridade de maneira abusiva ou arbitrária, desconsiderando, no exercício de sua atividade, o postulado da plenitude de defesa, pois o reconhecimento da legitimidade ético-jurídica de qualquer medida estatal - que importe em punição disciplinar ou em limitação de direitos - exige, ainda que se cuide de procedimento meramente administrativo (CF, art. 5º, LV), a fiel observância do princípio do devido processo legal. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem reafirmado a essencialidade desse princípio, nele reconhecendo uma insuprimível garantia, que, instituída em favor de qualquer pessoa ou entidade, rege e condiciona o exercício, pelo Poder Público, de sua atividade, ainda que em sede materialmente administrativa, sob pena de nulidade do próprio ato punitivo ou da medida restritiva de direitos. Precedentes. Doutrina. (...)."³

Observe-se, portanto, que é direito subjetivo do acusado (e as sanções decorrentes da desaprovação de contas anuais são do notório conhecimento desta Câmara) não ser processado ou não sofrer qualquer restrição de direito senão por meio do devido processo legal, observado o amplo direito de defesa. Decorre disso, no caso, algumas fundamentais consequências:

² MS 23550/DF, Rel. Min. Min. Marco Aurélio, Rel. para Acórdão Min. Sepúlveda Pertence, Pleno, j. 04.04.2001.
³ AgRg 241.201/SC, Rel. Min. Celso de Mello, Segunda Turma, j. 27.08.2002.

1933
BB

SILVEIRA
ANDRADE
ADVOCADOS

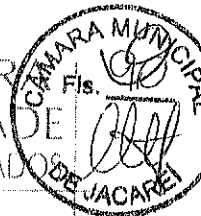


1. o direito a um processo, isto é, o direito de que a deliberação feita pelo Legislativo a respeito das contas de 2001 siga um rito pré-determinado em lei ou regulamento, rito este que deve lhe permitir o amplo direito de defesa, o contraditório;
2. o direito de endereçar sua defesa à autoridade certa e determinada que proferirá, após instrução, juízo fundamentado e devidamente motivado pela manutenção ou alteração do parecer do Tribunal de Contas;
3. o direito de produzir provas que venham formar a convicção da autoridade certa, responsável pela condução do processo, e dos demais edis que, em última instância, decidirão pela manutenção ou rejeição da proposta feita pelo Tribunal de Contas;
4. o direito de pronunciar-se oralmente, no plenário da Câmara, apresentando suas razões finais de defesa, antes de realizada a votação sobre a manutenção ou rejeição da proposta feita pelo Tribunal de Contas.

Assim sendo, esta E. Câmara de Vereadores deve fixar, primeiramente, o rito processual a ser seguido (sem sapiência do qual torna-se impossível o exercício do amplo direito de defesa); deve constituir uma comissão específica que reúna competências para presidir o processo, devido ao acusado; deve, nos termos do rito fixado, permitir que o acusado requeira a produção das provas que entender cabíveis e; deve, enfim, permitir que a convicção dos julgadores se dê, inclusive, por intermédio de defesa técnica e

1024
AB

SILVEIRA
ANDRADE
ADVOCADOS



oral, realizada no plenário desta Câmara, antes da votação final do parecer do Tribunal de Contas.

1023
AB

III - DO MÉRITO

Antes de abordar o caso concreto, é importante tecer algumas ponderações prévias. Como se sabe, a verificação das contas de Prefeituras é dever imposto aos Tribunais de Contas pela Carta Magna, em seus artigos 71 a 75.

Em tais artigos observa-se, também, os critérios que deverão ser utilizados quando da realização de tal tarefa, mais especificadamente, nas linhas do artigo 70, onde é estabelecido que a fiscalização outorgada se realizará quanto “à legalidade, legitimidade e economicidade” dos atos de gestão da entidade fiscalizada.

Este processo objetiva, evidentemente, a apuração de eventual falta - ou má gerência - do administrador público a frente das instituições públicas auditadas quando da utilização dos dinheiros públicos.

Tal entendimento é facilmente comprovado quando se observa, nos incisos VIII e XI, do artigo 71 da Lei Maior, que compete à Corte de Contas “aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei (...)” e “representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados”.

Mesmo comando encontra-se no artigo 2º da Lei Complementar 709, de 14 de Janeiro de 1993 - Lei que regula as atividades da Corte de Contas do Estado -, quando atribui àquela Casa o dever de “aplicar aos responsáveis as sanções previstas em lei” e “comunicar à Assembléia

Legislativa ou à Câmara Municipal” ou “representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abuso verificado”.

1935
BB

É, portanto, inquestionável que compete aos Tribunais de Contas a verificação dos atos de gestão daqueles que estão a frente do órgão auditado, observando se, durante a sua gestão, foram praticados atos contrários ao ordenamento vigente, ou mesmo procedimentos ilegítimos ou antieconômicos. Nestes casos, é legítima a declaração de ilegalidade das contas e, conseqüentemente, a punição dos responsáveis.

Outro ponto a se destacar é o notório caráter acessório que a Corte de Contas possui, uma vez que a detentora da legitimidade para aprovar ou rejeitar o parecer é a Câmara Municipal.

No entanto, resta igualmente fora de questão que tal atribuição há que ser cumprida tão somente para que possa se imputar a responsabilidade àquele dirigente que tenha agido em contrariedade ao interesse público ou à lei. Assim, as contas não poderiam ser rejeitadas sem a existência de responsabilidade do administrador. Por exemplo, os atos praticados por outros agentes, ou ainda por situação a que este não tenha dado causa. Frise-se que as repercussões dessa decisão são bastante gravosas para o administrador.

Por isso, se revela de fundamental importância, quando da apreciação das contas da Prefeitura de Jacareí, por esta Câmara Municipal, a verificação da origem dos atos que levaram à situação erroneamente censurada pelo Tribunal de Contas do Estado.

É necessário que se considere a existência de nexo de causalidade entre a ação ou omissão do atual administrador e a situação que se está a objetar, para que as contas por ele prestadas sejam consideradas irregulares. Afinal é das mais triviais e clássicas lições de direito que “punir

nemo debet si nullam admisit culpam", isto é, ninguém deve ser punido sem culpa.

A administração responsável entre os anos de 1997 e 2000 teve as contas dos exercícios de 1998, 1999 e 2000 igualmente censuradas pelo TCE (TCs 5874/026/98, 1875/026/99 e 2631/026/00). Verifica-se que nos dois últimos anos a principal causa do parecer desfavorável foi a aplicação insuficiente no ensino.

Neste contexto, há que se considerar que a atuação do atual Prefeito, em seu primeiro ano de mandato, encontrou uma série de limites. No que tange ao ensino, certo é que, para um aumento do volume de investimentos, é imprescindível uma ampliação da rede municipal. Isso significa, por exemplo, a construção de unidades escolares, contratação de professores, observando-se, naturalmente, a obrigação de concurso público prévio e a Lei de Licitações e Contratos.

III.a) Da forma de contabilização dos gastos com educação

A Prefeitura de Jacareí acatou as correções feitas pela Auditoria do Tribunal de Contas do Estado, no que diz respeito às categorias funcionais programáticas 12.362 e 12.363 e a não dedução de recursos vinculados (transporte de alunos e QESE).

Entretanto, como se verificou, não havia justificativa para a exclusão do cálculo da função programa 12.122, o que havia resultado em um resultado a menor de R\$ 1.960.959,40, no demonstrativo de despesas com educação. Embora o elemento de despesa não estivesse vinculado ao ensino, não se discute que elas foram efetivamente realizadas com este fim, e

2937/09

SILVEIRA
ANDRADE
ADVOGADOS



assim, por evidência, não poderiam ser excluídas do cálculo. Assim, o percentual gasto com educação chegou a 23,28%, sendo que, somados os restos a pagar (2,14%), a meta seria atingida.

1936/09

Feitas as correções sugeridas pela Prefeitura, o cálculo correto para verificação do cumprimento do artigo 212 da Constituição Federal seria o seguinte⁴:

Receita de Impostos /	R\$ 114.242.809,81
Transferência de Impostos:	
Total Aplicado no Ensino:	R\$ 28.961.491,57
Percentual:	25,35%

Ora, o Tribunal de Contas aceitou, portanto, que gastos realizados fora das dotações específicas da Secretaria de Educação e relacionadas diretamente ao ensino, fossem contabilizados como gastos com educação porque efetivamente se demonstrou que se tratavam de gastos desse tipo.

Isso ocorreu, no ano de 2001, porque o orçamento vigente permitia a dispersão dos recursos da educação em diferentes rubricas genéricas, dificultando sobremaneira a contabilização posterior dessas despesas. Há, com efeito, outros gastos dispersos em rubricas distintas que dão supedâneo à aplicação das verbas devidas em educação, como, por exemplo, gastos com materiais de conservação e limpeza, gastos com combustíveis, entre outros, que se considerados forem, demonstrarão a obediência do comando constitucional.

⁴ Considerando os restos a pagar, conforme a tese a ser defendida no próximo capítulo.

Esse fato poderá ser demonstrado por meio de prova pericial (de auditoria contábil), a ser produzida no curso do presente processo.

11/3/02

III.b) Da necessidade de consideração dos restos a pagar

Cabe aqui fazer algumas considerações acerca do montante relativo aos restos a pagar, cuja contabilização para efeito de cumprimento da regra constitucional foi negada pelo TCE.

Ora, a principal razão da impossibilidade de manutenção do saldo equivalente ao montante de restos a pagar, no final do exercício de 2001, decorreu fundamentalmente da necessidade de se sanar pendências da gestão anterior. A regularização de despesas com pessoal, o pagamento de juros e negociação da dívida, bem como a recomposição dos recursos necessários, não permitiram que o exercício de 2001 fosse encerrado com a reserva exigida.

O Superior Tribunal de Justiça tem reconhecido a impossibilidade de penalizar o Administrador Público pela imperícia de seu antecessor:

ADMINISTRATIVO - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL -
TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA; EXIGÊNCIAS -
INADIMPLENTO DE GESTÃO ANTERIOR.

1. A transferência voluntária, que se caracteriza pelo repasse, a cargo da CEF, das verbas provenientes da União impõe, dentre as inúmeras exigências, estar a municipalidade em dia com as suas obrigações.

2. Inadimplência da gestão administrativa antecedente, com acúmulo dos restos a pagar, pelo qual não pode ser penalizada a nova administração, comprovadamente eficiente no conserto.

3. *Recurso especial improvido.*⁵

Assim, é forçoso concluir, como o faz o Judiciário, que as dificuldades do Administrador que assume uma gestão em pleno funcionamento, com falhas eventuais na aplicação dos recursos, não podem ser a ele imputadas, independentemente de concurso próprio. Ou seja, exatamente a situação enfrentada pelo então Prefeito, em seu primeiro ano de mandato - fato incontroverso, como já visto acima.

Não obstante, os valores em questão foram efetivamente pagos, tendo sido praticamente liquidados no primeiro semestre do exercício de 2002 - correspondendo a 2,14% da receita auferida no ano de 2001. Demonstra-se, mais uma vez, claramente a preocupação da gestão com as verbas educacionais, e a existência de efetivo comprometimento de recursos no ano de 2001.

É de se dizer que, muito embora efetivados em 2002, os gastos em causa são contabilizados em 2001 (por força de sua inscrição como restos a pagar). A sua desconsideração para efeito da totalização dos gastos com educação em 2001 é completamente absurda pois, assim o fazendo, o Tribunal de Contas indiretamente admite que os gastos não sejam nunca contabilizados (uma vez que não podem figurar, sendo restos a pagar de 2001, do balanço de 2002).

O próprio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo possui jurisprudência favorável a esta tese:

Pedido de reexame em face de parecer desfavorável as contas de executivo municipal. questão previdenciária: celebração de acordo de parcelamento para quitação do débito, que, inclusive, passou a ser amortizado no início de 2001. Aplicação no ensino: a municipalidade dispunha dos recursos necessários a cobertura

⁵ STJ. REsp 580.946/SC, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, j. 19.12.2003.

integral dos restos a pagar da educação, tendo-os quitado no exercício seguinte. A época não havia destinação integral dos recursos para contas específicas da educação. A auditoria considerou apenas os recursos depositados em contas vinculadas ao ensino e não a totalidade das disponibilidades. Assim, o montante investido atinge 25,69% das receitas de impostos. Pedido conhecido. Provido. v. u.

Reexame - déficit orçamentário: a questão pode ser relevada, considerando que as medidas adotadas demonstram que o administrador conseguiu equilibrar as contas públicas. Aplicação de percentual mínimo obrigatório na educação: aplicada a jurisprudência deste tribunal. Computado no percentual antes apurado, montante dos restos a pagar, efetivamente liquidados no primeiro trimestre do exercício seguinte. Recurso conhecido e provido.

Ao presente caso aplica-se o raciocínio externado na jurisprudência acima citada. Assim, o saldo contido nos restos a pagar devem ser considerados para o percentual gasto com a Educação, uma vez que fora efetivamente liquidados, e que são gastos que não se computam no exercício de 2002, porquanto gerados em 2001.

A necessidade de lastro financeiro como suporte para a cobertura dos restos a pagar é uma exigência de caráter instrumental, que não possui um fim em si mesma. De fato, sua única finalidade é assegurar a aplicação dos recursos em ensino, no âmbito de um determinado exercício.

E isso efetivamente ocorre no caso dos restos a pagar, ainda que não exista cobertura financeira disponível em conta específica vinculada ao ensino. A assertiva é verdadeira por dois motivos. Primeiro, é inquestionável que o Administrador efetuou o gasto, em termos contábeis, no exercício passado - no caso, no ano de 2001. Segundo, o adimplemento das

⁶ TC 1516/056/99, Rel. Cons. Eduardo Bittencourt Carvalho, j. 10.09.2002, votação unânime.
⁷ TC 1893/026/99, Rel. Cons. Fúlvio Julião Biazzi, j. 16.12.2002.

obrigações, logo no início do exercício - fato incontestado no caso concreto -, demonstra sua boa-fé e esforço no cumprimento das metas constitucionais.

Ou seja, se não considerados para o exercício de 2001, serão gastos que deixarão de ser computados para fins de se verificar os gastos dessa Administração com a Educação, o que evidentemente é inconcebível, pois seria o mesmo que assumir a existência de gastos não contabilizáveis a qualquer título, reitere-se.

Nesse sentido, sabe-se que tais gastos não foram computados no exercício de 2002 - ocasião em que a Prefeitura investiu 27,42%, em contas já aprovadas pelo TCE. Frise-se: os investimentos realizados em 2001, mormente pagos em 2002 - e não contabilizados neste ano -, devem ser simplesmente desconsiderados?

Responder positivamente essa questão é ignorar a existência de um grande volume de investimentos na educação efetivamente realizados, e, conseqüentemente, punir o Prefeito por um ato inexistente - qual seja, aporte insuficiente de numerário em ensino.

IV - CONCLUSÃO E PEDIDO

Conclui-se que as contas referentes ao ano de 2001 devem ser aprovadas, que os investimentos foram efetivamente realizados no exercício de 2001, o que autoriza a aprovação das contas por parte desta Câmara Municipal, uma vez atingido o limite constitucional.

Deste modo, requer-se:

- a) a constituição de uma Comissão Especial, para conduzir os trabalhos de apreciação das contas, e garantir a observância do direito constitucional de defesa do Prefeito, bem como a legalidade do procedimento;
- b) a estipulação de um procedimento para pautar a condução dos trabalhos, que permita o contraditório e

a ampla defesa do Prefeito, notadamente a produção de provas documentais, testemunhais e periciais de auditoria contábil;

- c) Por fim, quanto ao mérito, o reconhecimento, ao cabo do processo, da legalidade das contas do ano de 2001, pela consideração de gastos com educação efetivados em outras rubricas (conforme se demonstrará no curso do presente) e do montante de recursos relativo aos restos a pagar, pelos motivos acima expostos.

Termos em que

Pede deferimento.

Jacareí, 25 de novembro de 2005.



HÉLIO FREITAS DE CARVALHO DA SILVEIRA

OAB/SP 154.003

49413
BB



49412
BB

PROCURAÇÃO
AD JUDICIA ET EXTRA

Pelo presente instrumento particular, **MARCO AURELIO DE SOUZA**, Brasileiro, Solteiro, RG 7.292.359-8 SSP – SP, CPF 831.155.018-20, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os Advogados **HÉLIO FREITAS DE CARVALHO DA SILVEIRA**, OAB/SP 154.003, brasileiro, casado; **MARCELO SANTIAGO DE PADUA ANDRADE**, OAB/SP 182.596, brasileiro, solteiro; integrantes da Sociedade de Advogados **SILVEIRA, ANDRADE - ADVOGADOS**, com registro na OAB/SP 7873, com escritório na Rua Sampaio Viana n.º 202, conj. 122, Paraíso, São Paulo, telefones e fac-símile (11) 30523931 e 30516325, e ainda as Advogadas **FÁTIMA CRISTINA PIRES MIRANDA**, OAB/SP 109.889, brasileira, separada; **HENRIETE DE CAMPOS FEJES**, brasileira, solteira, OAB/SP 237.092; o estagiário **RODRIGO MORAES SOARES MAIA**, brasileiro, solteiro, OAB/SP 129.560-E; e o acadêmico de direito **SÉRGIO LEONARDO SILVESTRE FERNANDEZ**, brasileiro, solteiro, RG 26.332.607-4; aos quais outorga amplos e gerais poderes da cláusula *Ad judicia et extra*, para o foro e à administração em geral, em qualquer juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo, ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, poderes especialmente concedidos para fins de REPRESENTAÇÃO JUNTO A CAMARA MUNICIPAL DE JACAREI NO JULGAMENTO DAS CONTAS DO MUNICIPIO RELATIVAS AO EXERCICIO DE 2001, dando tudo por bom, firme e valioso.

São Paulo, 24 de Novembro de 2005.


MARCO AURELIO DE SOUZA



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
PALÁCIO DA LIBERDADE

Consultoria Jurídica



Jacareí / GP, em 1º de dezembro de 2005.

Ao Escritório de Advocacia

SILVEIRA, ANDRADE ADVOGADOS

A/C. DR. HÉLIO FREITAS DE CARVALHO SILVEIRA

e-mail: helio.sap@uol.com.br

FAX: (11) 3052-3931

Tem este a finalidade de cientificar Vossa Senhoria, como advogado do Prefeito Municipal de Jacareí, Exmo. Sr. Marco Aurélio de Souza, que as contas anuais de 2001 do Executivo serão deliberadas e votadas, pelo Plenário desta Câmara Municipal, na sessão ordinária que será realizada no dia 13 de dezembro de 2005, terça-feira, com início às 19:00 horas.

Já tendo sido apresentada a defesa técnica, por esse escritório de advocacia, protocolada em 25/11/2005 - PG nº 2.082, cuja cópia foi encaminhada às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Orçamento e a todos os Vereadores, na sessão de julgamento será permitida a sustentação oral de tal defesa, **com um prazo de trinta minutos**, que poderá ser dividido entre Vossa Senhoria e o Prefeito, após os pronunciamentos dos Vereadores e em último lugar, antes da votação.

Não havendo qualquer previsão legal ou regimental, quanto ao procedimento a ser adotado, a Presidência deliberou que o exercício do direito de defesa, na Câmara Municipal, limitar-se-á a esses procedimentos (defesa técnica escrita e sustentação oral), pois o direito do contraditório já foi amplamente exercido na tramitação da matéria no Egrégio Tribunal de Contas do Estado / SP.

Renovo meus protestos de consideração e respeito, apresentando-lhe minhas cordiais saudações.

Atenciosamente

ANTONIO YOUSSEF RAAD JÚNIOR

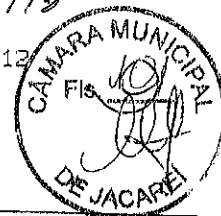
PRESIDENTE

Praça dos Três Poderes, 74 - Centro - Jacareí / SP - CEP 12327-901 Fone: (0__ 12) 3955-2200 - FAX: (0__ 12) 3951-7808
Site: www.camarajacarei.sp.gov.br e-mail: consultoria.juridica@camarajacarei.sp.gov.br

RELATÓRIO DE TRANSMISSÃO

05 DEZ. 2005 15:13

SEU LOGOTIPO : CAMARA JACAREI
SEU NÚMERO DE FAX : 12 3955 2200



Nº.	OUTRO FAC-SÍMILE	INÍCIO	DURAÇÃO	MODOS	PÁGINAS	RESULTADO
01	00151130523931	05 DEZ. 15:11	00'51	ENV.	01	OK

PARA DESLIGAR O RELATÓRIO, PRESSIONE 'FUNÇÕES' #04.
E SELECIONE DESL. USANDO '+' OU '-'.

2

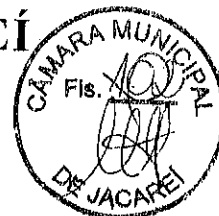
1945
BB



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
PALÁCIO DA LIBERDADE

Consultoria Jurídica

10416
BB



Jacareí / GP, em 1º de dezembro de 2005.

Exmo. Senhor Prefeito Municipal

MARCO AURÉLIO DE SOUZA

Jacareí / SP

10416
BB

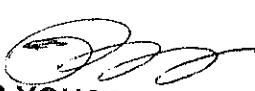
Tem este a finalidade de cientificar Vossa Excelência que as contas anuais de 2001 do Executivo serão deliberadas e votadas, pelo Plenário desta Câmara Municipal, na sessão ordinária que será realizada no dia 13 de dezembro de 2005, terça-feira, com início às 19:00 horas.

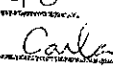
Já tendo sido apresentada a defesa técnica, protocolada em 25/11/2005 - PG nº 2.082, cuja cópia foi encaminhada às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Orçamento e a todos os Vereadores, na sessão de julgamento será permitida a sustentação oral de tal defesa, **com um prazo de trinta minutos**, que poderá ser dividido entre Vossa Excelência e o seu advogado, após os pronunciamentos dos Vereadores e em último lugar, antes da votação.

Não havendo qualquer previsão legal ou regimental, quanto ao procedimento a ser adotado, a Presidência deliberou que o exercício do direito de defesa, na Câmara Municipal, limitar-se-á a esses procedimentos (defesa técnica escrita e sustentação oral), pois o direito do contraditório já foi amplamente exercido na tramitação da matéria no Egrégio Tribunal de Contas do Estado / SP.

Renovo meus protestos de consideração e respeito, apresentando-lhe minhas cordiais saudações.

Atenciosamente


ANTONIOS YOUSSEF RAAD JÚNIOR
PRESIDENTE

Prefeitura Municipal de Jacareí
Gabinete do Prefeito
Recebido em 05/12/05
As 15h 40
Assinatura 



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
PALÁCIO DA LIBERDADE



COMISSÕES 1 e 2 - CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA e FINANÇAS E ORÇAMENTO

PROCESSO Nº: **182/05**

ASSUNTO: CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2001 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ COM PARECER DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.

AUTORIA: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

RELATÓRIO E VOTO

A propositura discriminada em epígrafe, na forma regimental, foi remetida ao conhecimento das **COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE FINANÇAS E ORÇAMENTO** da Câmara Municipal, para que se manifestem quanto aos aspectos sob a sua competência e, diante da exposição feita pelos representantes do Senhor Prefeito Municipal de Jacareí, Marco Aurélio de Souza, na Sessão Ordinária desta Casa Legislativa realizada nesta data, temos a registrar a nossa posição contrária ao parecer do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo com relação às contas do exercício de 2001 da Prefeitura Municipal de Jacareí, e, desta forma, entendemos que o mesmo deve ser rejeitado e as referidas contas aprovadas.

Câmara Municipal de Jacareí, 13 de dezembro de 2005.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROF. MARINO FARIA
Presidente

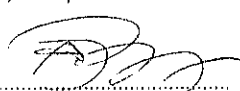
DR. ERNESTO DE JESUS
Relator
DIOBEL DE LIMA FERNANDES
Membro

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

ADRIANO DONIZETI DE FARIA
Relator
JOSÉ CARLOS DIOGO
Presidente
GENÉSIO RODRIGUES
Membro

BOLETIM DE VOTAÇÃO NOMINAL

CAMARA MUNICIPAL
Fls. 104
4948/05

PROCESSO Nº 182 /2005		AUTOR: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO							
VEREADORES	<input type="checkbox"/> 1ª VOTAÇÃO ÚNICA				2ª VOTAÇÃO				
	EM 13/12/2005				EM...../...../2005				
	Favor	Contra	Abstenção	Ausência	Favor	Contra	Abstenção	Ausência	
ADRIANO DONIZETE DE FARIA	X								
ANTONIOS YOUSSEF RAAD JR.	X								
BENEDITO MARIA DE SOUZA	X								
DIABEL FERNANDES		X							
ERNESTO DE JESUS PINTO	X								
GENÉSIO RODRIGUES		X							
ITAMAR ALVES DE OLIVEIRA		X							
JOSÉ ANTERO DE PAIVA GRILO		X							
JOSÉ CARLOS DIOGO	X								
JOSÉ ROBERTO DE SIQUEIRA	X								
LAUDELINO CESAR DE AMORIM	X								
MARIA CORREIA SILVA		X							
MARINO FARIA	X								
1ª (Única) Votação-Visto Presidente				2ª Votação - Visto do Presidente					
 Antonios Youssif Raad Júnior			 Antonios Youssif Raad Júnior					

APURAÇÃO

VOTAÇÃO ÚNICA	FAVORÁVEIS 08	CONTRÁRIOS 05	<input type="checkbox"/> APROVADO <input checked="" type="checkbox"/> REJEITADO
	ABSTENÇÕES ____	AUSÊNCIAS ____	
1ª VOTAÇÃO	FAVORÁVEIS ____	CONTRÁRIOS ____	<input type="checkbox"/> APROVADO <input type="checkbox"/> REJEITADO
	ABSTENÇÕES ____	AUSÊNCIAS ____	
2ª VOTAÇÃO	FAVORÁVEIS ____	CONTRÁRIOS ____	<input type="checkbox"/> APROVADO <input type="checkbox"/> REJEITADO
	ABSTENÇÕES ____	AUSÊNCIAS ____	



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

4949
AB

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JACAREÍ
P.P.I.C. 128/2005 – CIDADANIA

CERTIDÃO

Certifico que terminei a juntada da resposta da Câmara Municipal de Jacareí, referente ao ofício 28/06 – 2ª PJ, somente nesta data, em virtude do volume da referida juntada, bem como, devido ao acúmulo de serviço, eis que no período de fevereiro/2006, adquiri todos os protocolados com finais 06 em andamento nesta Promotoria, e atendi a 7ª e a 2ª Promotoria de Justiça Cível de Jacareí. Jacareí, 03 de março de 2006. Eu, BB Bianca Rodrigues Barone da Silva, Oficiala de Promotoria, digitei e subscrevi.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

4950
BB

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JACAREÍ
P.P.I.C. 128/2005 – CIDADANIA

JUNTADA

Em 03 de março de 2006, junto a estes autos resposta da Prefeitura Municipal de Jacareí, referente ao ofício 29/06 – 2ª PJ, por meio da petição 81/2006 (protocolo MP n.º 210/06). Eu, BB Bianca Rodrigues Barone da Silva, Oficiala de Promotoria, digitei e subscrevi.



MUNICÍPIO DE JACAREÍ

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
PROCURADORIA JUDICIAL

4951
BB

EXCELENTÍSSIMO PROMOTOR DE JUSTIÇA DA SEGUNDA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE JACAREÍ

PPIC nº 128/2005 – 2ª Promotoria de Justiça – Cidadania

REF: Ofício nº 29/06 - 2ª PJ

Assunto: Análise de parecer desfavorável do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo acerca das contas da Prefeitura Municipal de Jacareí, relativas ao exercício de 2001, conforme processo 182/2005, que originou o Decreto Legislativo 255 de 16/12/05

Petição nº 81/2006

MUNICÍPIO DE JACAREÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade e comarca, à Praça dos Três Poderes nº 73, por sua Procuradora ao final assinada, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, em atendimento ao Ofício nº 29/200- 2ª PJ, expor o quanto segue.

Em resposta à solicitação de Vossa Excelência, objeto do Ofício supra mencionado, cumpre-nos esclarecer que em razão do acúmulo de serviço de todos os setores que influencia no envio das informações, estamos diligenciando para atender o solicitado por Vossa Excelência, razão pela qual solicitamos a dilação de prazo por mais 30 (trinta) dias para esclarecimento das solicitações constantes do ofício supra mencionado.

Após justificativa apresentada, requer a juntada desta petição ao respectivo procedimento para que surta os efeitos legais.



MUNICÍPIO DE JACAREÍ

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
PROCURADORIA JUDICIAL

1052/
BB

No ensejo, renovamos nosso protesto de elevada
estima e consideração.

Jacareí, 16 de fevereiro de 2006


ANDRÉA MARCIA DE BRITO OLIVEIRA CARVALHO LIMA
SUBPROCURADORA JUDICIAL



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

4053
BB

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JACAREÍ
P.P.I.C. 128/2005 – CIDADANIA

CONCLUSÃO

Em 03 de março de 2006, face à juntada retro, faço estes autos conclusos ao Dr. José Luiz Bednarski, 2º Promotor de Justiça de Jacareí. Eu, BB Bianca Rodrigues Barone da Silva, Oficial de Promotoria, subscrevi.

Defiro o pedido de dilatação de prazo.

Jac, 03.03.06.


José Luiz Bednarski
PROMOTOR DE JUSTIÇA



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JACAREÍ
P.P.I.C. 128/2005 – CIDADANIA

4957
~~4957~~
BB
4957

CERTIDÃO

Certifico que, cumprindo o determinado no r. despacho retro (fl. 4053), expedi o ofício 79/06 – 2ª PJ, à Prefeitura Municipal de Jacareí, cuja cópia segue anexada. Certifico, outrossim, que dei cumprimento ao determinado somente nesta data, em razão do acúmulo de serviço, ante a determinação de certidão de objeto e pé nos autos do IC 96/05 Cidadania (7 volumes), bem como as diligências feitas ao fórum no intuito de regularizar os livros de carga, e atender aos pedidos da 7ª Promotora de Justiça. Jacareí, 14 de março de 2006. Eu, BB Bianca Rodrigues Barone da Silva, Oficiala de Promotoria, digitei e subscrevi.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE JACAREÍ
Rua Três de Abril, nº 32 – Jardim Leonídia
Jacareí / SP – CEP: 12327-100

4055
88

4955

Jacareí, 14 de março de 2006.

Ofício nº 79/2005 – 2ª PJ

Ref.: P.P.I.C. nº 128/2005 – CIDADANIA

CÓPIA

Representante: Câmara Municipal de Jacareí

Representado: Prefeitura Municipal de Jacareí

Assunto: Análise de parecer desfavorável do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo acerca das contas da Prefeitura Municipal de Jacareí, relativas ao exercício de 2.001, conforme o Processo 182/2005, que originou o Decreto Legislativo 255 de 16/12/05.

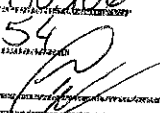
Excelentíssimo Senhor

Pelo presente, cumprimentando Vossa Excelência, a despeito da petição n.º 81/06, protocolada nesta Promotoria de Justiça, informo que foi concedido o prazo adicional de **30 (trinta) dias**.

No ensejo, renovo protestos de consideração e apreço.


José Luiz Bedinarski
2º Promotor de Justiça de Jacareí.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR
MARCO AURÉLIO DE SOUZA
DD. PREFEITO MUNICIPAL DE JACAREÍ
Praça dos três Poderes, n.º 73, Centro, Nesta.

Prefeitura Municipal de Jacareí	
Gabinete do Prefeito	
Recebido em	17.03.06
às	17 h 54
Assinatura	

/brbs

Fone: (0xx12) 3951-7852



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

4956
BB

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JACAREÍ
P.P.I.C. 128/2005 – CIDADANIA

JUNTADA

Em 21 de março de 2006, junto a estes autos resposta da Prefeitura Municipal de Jacareí, referente ao ofício 29/06 – 2ª PJ, por meio da petição 152/06 (protocolo MP 342/06). Eu, BB Bianca Rodrigues Barone da Silva, Oficiala de Promotoria, digitei e subscrevi.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ
ESTADO DE S. PAULO
SECRETARIA DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS
PROCURADORIA JUDICIAL

4957
88

EXCELENTÍSSIMO PROMOTOR DE JUSTIÇA DA COMARCA DE JACAREÍ/SP.

PPIC nº 128/2005 - 2ª Promotoria de Justiça – Cidadania

REF: Ofício nº 29/2006 – 2ª PJ

ASSUNTO: Análise de parecer desfavorável do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo acerca das contas da Prefeitura Municipal de Jacareí, reativas ao exercício de 2001.

Petição nº. 152/2006.

Ministério Público do Estado de São Paulo
Promotoria de Justiça Civil de Jacareí

Protocolo: 128/2005-2ª PJ, 343106
Data: 17/03/06 16h30 min
Oficial de Promotoria Regional
MUNICÍPIO DE JACAREÍ pessoa jurídica de direito público

interno, com sede nesta cidade e comarca, à Praça dos Três Poderes nº 73, por sua Procuradora ao final assinada, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, em atendimento ao Ofício nº 29/2006 - 2ª PJ, encaminhar cópia autenticada do Termo de Posse do Prefeito eleito em 2001, bem como do Termo de Reeleição.

Desta feita, como Vossa Excelência pode notar, a Administração Municipal tem sido uma responsável gestora dos recursos que arrecada, velando pela diminuição da dívida do Município, sem deixar de realizar os serviços essenciais que são de sua responsabilidade.

Jacareí, 16 de março de 2006.


GLEICE ERBA IGNÁCIO OLIVEIRA
SUBPROCURADORA JUDICIAL

4958
ACB/AB

TERMO DE POSSE DA PREFEITO MUNICIPAL MARCO AURÉLIO DE SOUZA, DA VICE-PREFEITO MARIA CRISTINA DE PAULA MACHADO E DOS VEREADORES DA 13ª LEGISLATURA.

Em 1º de Janeiro de 2001, às 10:00 horas, nesta cidade de Igorel, na Sede da Câmara Municipal à Praça dos Três Poderes nº 74 - Paço da Liberdade compareceram o Prefeito Municipal - Marco Aurélio de Souza, a Vice-Prefeita Maria Cristina de Paula Machado e os Vereadores: Maurício Aparecido Horta, Adriano Donizetti de Faria, Alexmar Alves dos Santos, Almir Sandoz Gonçalves, Edson Antão de Aquino Guedes, Genésio Rodrigues, Itamar Alves de Oliveira, José Antero de Paiva Grilo, José Carlos Riogo, Marino Faria, Pedro de Aquino Motta, Roseli Gaspar e Volter Antônio de Souza para a Sessão Solene de Instalação da 13ª Legislatura e para os eleitos os diplomados em 11/12/2000 de acordo com o resultado das eleições municipais realizadas em 01 de Outubro de 2000. Sob a Presidência do Vereador Maurício Aparecido Horta, tendo para Secretário o Vereador Itamar A. de Oliveira foi aberta a presente Sessão Solene com a execução do Hino Nacional. Em seguida a Presidência convocou todos os Vereadores e ato contínuo o Prefeito e a Vice-Prefeita para o compromisso de posse nos seguintes termos:

"Prometo exercer, com dedicação e lealdade, o meu mandato, respeitando a lei e promovendo o bem estar do Município"

Feito o compromisso de posse foram todos

Termo de Posse do Prefeito Municipal Marcos Aurélio de Souza, do Vice-Prefeito Davi Monteiro Lima e dos Vereadores da 14ª Legislatura.

Em 1º de janeiro de 2005, às 10 horas, nesta cidade de Jacareí, na sede da Câmara Municipal de Jacareí, à Praça dos Irmãos Rodrigues, n.º 74 - Palácio da Liberdade, compareceram o Prefeito Municipal Marcos Aurélio de Souza, o Vice-Prefeito Davi Monteiro Lima e os vereadores Adriano Donizeti de Faria, Antonio Jussif Raad Júnior, Diel Fernandes, Ernesto de Jesus Pinto, Genésio Rodrigues, Itamar Alves de Oliveira, José Antônio de Paiva Gêlo, José Carlos Diogo, José Roberto de Aguiar, Landelino César de Amorim, Maria Conceição Liba, Marino Faria e Roseli Gaspar para a sessão solene de Instalação da 14ª Legislatura e posse dos eleitos já diplomados em 17 de dezembro de 2004 de acordo com o resultado das eleições municipais realizadas em 03 de outubro de 2004. Foi a Presidência do Vereador Antonio Jussif Raad Júnior, tendo para secretário o Vereador José Antônio de Paiva Gêlo, foi aberta a presente sessão solene com a execução do Hino Nacional. Em seguida a Presidência convocou todos os Vereadores e após continuo o Prefeito e o Vice-Prefeito para o compromisso de posse nos seguintes termos:

"Prometo exercer, com dedicação e lealdade, o meu mandato, respeitando a lei e promovendo o bem-estar do Município".

Feito o compromisso de posse foram todos os eleitos oficialmente declarados expressados pela Presidência. Para constar, eu José Antônio de Paiva Gêlo, secretário designado, não dei lugar o presente termo de posse, que lido e lido conforme, segue assinado por



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JACAREÍ
P.P.I.C. 128/2005 – CIDADANIA

CONCLUSÃO

Em 21 de março de 2006, face à juntada retro, faço estes autos conclusos ao Dr. José Luiz Bednarski, 2º Promotor de Justiça de Jacareí. Eu, BB Bianca Rodrigues Barone da Silva, Oficial de Promotoria, subscrevi.

Em separado

(02 laudas).

Jac, 23.03.06.

José Luiz Bednarski
PROMOTOR DE JUSTIÇA



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

4961
AB

PPIC

Autos nº128/05 - Cidadania

Representante: Câmara Municipal de Jacareí

Representado: Marco Aurélio de Souza

Promoção de arquivamento

Trata-se de investigação instaurada para apurar as circunstâncias da reprovação, pela Câmara Municipal de Jacareí, com base em parecer desfavorável emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, das contas prestadas pelo atual Prefeito de Jacareí, ora reeleito, referente ao exercício de 2.001.

Compulsando os 24 extensos volumes da apuração, verificou-se que o parecer desfavorável que motivou a decisão genérica de reprovação pelo Parlamento local baseou-se em uma só falha: a aplicação de percentual inferior ao determinado pela legislação, no tocante à área de ensino fundamental (fls.4.861/4.901).

Ocorre que a matéria já foi objeto de apreciação nos autos do Inquérito Civil nº67/03, cujas cópias da promoção de arquivamento, ainda sob o crivo de reexame do CSMP encontra-se ora anexadas. A irregularidade foi sanada pelo Executivo mediante a aplicação, nos anos posteriores da



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

14602
BB

gestão, de patamar superior ao exigido por lei, como forma de compensar a diferença anteriormente apurada como deficitária.

Ademais, a providência foi idêntica a tomada pelo Prefeito de Jacareí anterior, que também gerou promoção de arquivamento de investigação ministerial, devidamente homologada pelo CSMP (cópias também anexas).

Desta forma, afastadas quaisquer sombras de irregularidade no procedimento do representado e garantidos os interesses difusos indisponíveis da cidadania de Jacareí, determino o arquivamento dos autos e a remessa dos autos, em 03 dias, para o Egrégio CSMP, para homologação ou reforma, com cópia desta peça ao CAO Cidadania.

Jacareí, 22 de março de 2.006.

JOSÉ LUIZ BEDNARSKI

2º Promotor de Justiça de Jacareí

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROTOCOLO: 0046834/06
Data: 04/05/2006
Local de Entrada:
SUB-ÁREA DE APOIO ADMIN. - PROTOCOLO GERAL
Assunto:
PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO
Interessado:
JOSÉ LUIZ BEDNARSKI

Hora: 1



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

55ª Promotoria de Justiça de Jacareí

Inquérito Civil nº 67/2003 - Cidadania
Representante: João Bosco Lencioni
Representado: Prefeitura Municipal de Jacareí
Assunto: Apurar irregularidade relativa à aplicação insuficiente de recursos no ensino – exercício: 2001.

Promoção de Arquivamento

Trata-se de procedimento inicialmente instaurado para apurar eventuais irregularidades nas contas do Município de Jacareí no que tange a aplicação de recursos no ensino – exercício de 2001, constatadas pelo Tribunal de Contas.

Após auditoria, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo emitiu parecer desfavorável à aprovação das contas do Município, em razão da insuficiência de recursos aplicados no ensino.

Apesar da representação de fls. 02/03 apontar outras irregularidades, o objeto da presente investigação limitou-se a apurar o cumprimento ou não do artigo 212 da Constituição Federal no que concerne a parcela do orçamento municipal destinado à manutenção e desenvolvimento do ensino. A limitação da investigação decorreu do conteúdo das certidões de fls. 54/57 atestando existência de procedimentos em andamento sobre as demais questões.

O parecer exarado pelo Tribunal de Contas em 1ª Instância, no item aplicação de recursos no ensino, decidiu pela insuficiência dos recursos no ensino de um modo geral e no fundamental, emitindo parecer desfavorável porque a Prefeitura Municipal de Jacareí aplicou o correspondente a 21,57% da receita proveniente de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino, destinando 13,77% ao ensino fundamental (fls. 99/108).

4963
AC63
BB



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

5ª Promotoria de Justiça de Jacareí

499/07
4984
BB
4969

A Municipalidade justificou a insuficiente aplicação no ensino porque 2001 correspondeu ao 1º ano do mandato da nova administração (2001 a 2004) e não foi possível aumentar a destinação de recursos para o ensino porque a administração responsável pelos anos de 1997 a 2000 aplicou percentual insuficiente nos dois anos que antecederam (1999 e 2000).

Alegou que os cálculos do Tribunal de Contas desconsideraram grupos de despesas classificadas erroneamente pela Administração Municipal como Administração Geral, quando efetivamente foram aplicados 25,70% de recursos no ensino. Aduziu que no ano de 2002 estas despesas classificadas em item errado foram reclassificadas dando oportunidade a Municipalidade local cumprir o preceito constitucional.

Em que pese o Egrégio Tribunal de Contas do Estado ter proferido acórdão rejeitando o recurso da Municipalidade de Jacareí para manter julgamento desfavorável em relação a aplicação de recursos provenientes de impostos no setor educacional, tanto de modo geral quanto fundamental, por fim reconheceu como definitivos os seguintes percentuais de aplicação de recursos no setor educacional: **23,29%** da receita proveniente de impostos e transferências no ensino de modo geral e **16,62%** dessas mesmas receitas no ensino fundamental (fls. 165, final).

Instada a informar os percentuais de aplicação de recursos provenientes de impostos no setor educacional, tanto no ensino geral quanto no ensino fundamental, entre os anos de 2002 e 2004, ou seja, nos demais anos do mandato da gestão que se iniciou no ano de 2001, a Municipalidade de Jacareí juntou os documentos de fls. 188/192.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

5ª Promotoria de Justiça de Jacareí

436
2065
BB

Constata-se que nos anos de 2002 a 2004, foram aplicados, respectivamente, 27,42%, 26,59%, 26,71% no ensino. Assim, em que pese a Administração Municipal ter descumprido o artigo 212 da Constituição Federal no ano de 2001, nos anos posteriores, esta mesma gestão procurou aplicar percentual superior ao estabelecido pela Magna Carta e no artigo 60, *caput*, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, superando os obrigatórios 25% da receita resultante de impostos.

Se considerarmos que para atingir 25%, no ano de 2001, faltou 1,71% e que nos anos subseqüentes (2002, 2003 e 2004) este percentual foi resposto continuamente, pode-se concluir que houve compensação de recursos nos exercícios seguintes, na medida em que os percentuais aplicados no ensino foram de **27,42%(2002), 26,59%(2003), 26,71%(2004).**

Tal fato, a meu ver, em se analisando o mandato de quatro anos da referida Administração Municipal, reduz o prejuízo acarretado ao ensino, na medida em que ela destinou parcela do orçamento superior a prevista constitucionalmente à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Portanto, não havendo fundamento para a propositura de ação civil pública de que cuida o artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, promovo o arquivamento destes autos e determino seu encaminhamento ao E. Conselho Superior do Ministério Público para homologação ou reforma.

Jacareí, 13 de janeiro de 2005.

Ana Beatriz Pranuvi Costa Silveira
Promotora de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JACAREÍ

401010
4066
BB

233

Promotoria de Justiça de Jacareí – Defesa dos Direitos Constitucionais do Cidadão

Autos da representação nº 12/98

Assunto: Apuração de irregularidades na aplicação de receitas no ensino pela Prefeitura Municipal, exercício de 1997.

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO DE PEÇAS DE INFORMAÇÃO

Trata-se de procedimento instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Constitucionais do Cidadão da Comarca de Jacareí, por força do despacho de fls. 2v.

Deu ensejo às investigações, representação encaminhada ao Ministério Público pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Papel, Papelão e Cortiça de Jacareí, noticiando que as contas referentes ao exercício de 1997, do Município de Jacareí não teriam sido aprovadas pelo Tribunal de Contas, ante a falta de investimentos nas áreas de educação, saúde e irregularidades na contratação de cargos de confiança.

Foram juntados os documentos de fls. 15/129, relativos à inspeção realizada pela equipe técnica do Tribunal de Contas, na Prefeitura Municipal.

A fls. 188/195 foi acostada a decisão da E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado, que aprovou as referidas contas, com exceção feita aos atos pendentes de apreciação (cf. fls.192).

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROTÓCOLO: 0066980/00
Data : 29/08/2000
Local de Entrada:
SUB-ÁREA DE APOIO ADMIN. - PROTOCOLO GERAL
Assunto:

Hora: 10:02:11
14050502



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JACAREÍ

4987
BB

237
9

Em despacho ordinatório (fls. 201/208), foi determinado o desmembramento e a instauração de um procedimento para cada uma das matérias constantes a fls. 202/207, itens 01 a 14.

A fls. 214 foi juntado ofício da Prefeitura Municipal, com a documentação de fls. 215/219 informando que, em relação ao valor de R\$128.799,70 (relativo ao cancelamento parcial do contrato da Merenda Escolar) houve depósito vinculado “à conta manutenção e desenvolvimento do ensino...do exercício de 1998” (fls. 215/216).

É a síntese do necessário.

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em relação aos gastos com a educação, entendeu que *“eventuais falhas nos procedimentos licitatórios – ou relacionados ao empenhamento – não constituem obstáculos a que se proceda o cômputo, na parcela aplicável em prol da educação, dos respectivos valores”*. Em vista disso, aprovou referidas contas.

Cabe ressaltar que, nos termos do artigo 213, da Constituição Federal, *“Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas...”*.

Da análise da documentação acostada aos autos, não se pôde constatar qualquer desvio de verba, que não fosse destinada à educação. Mesmo os gastos efetuados com instrumentos



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JACAREÍ

4233
ACOB
BB

233
8

musicais, entende-se que podem ser considerados como educação, em sentido amplo.

Ademais, consoante documentos de fls. 215/217, em relação ao parcial cancelamento do contrato relativo à merenda escolar, foi efetuado depósito vinculado do respectivo valor para o exercício de 1998.

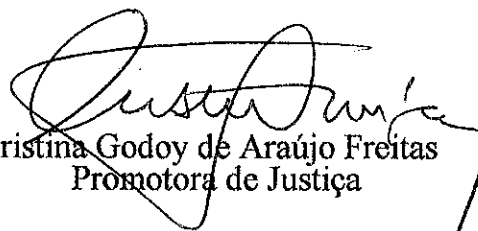
Por isso, não há como dizer que não foram destinados os 25% à educação.

Observo, por fim, que, quanto às licitações em si, há procedimento próprio em andamento perante a 5ª Promotoria de Justiça (Autos nº 27/99).

Diante do exposto, não havendo fundamento para a propositura da ação civil pública de que cuida a Lei 7.347/85, promovo o arquivamento dos presentes autos.

Nos termos da Legislação referida e demais atos da Administração Superior, remeto os autos ao Conselho Superior do Ministério Público, para o necessário reexame desta promoção de arquivamento.

Jacareí, 14 de agosto de 2000.


Cristina Godoy de Araújo Freitas
Promotora de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JACAREÍ

Praça dos Três Poderes, s/nº - Centro (Fórum) - Telefone: (0xx12) 351-7852
12.300-000 - Jacareí/SP

Jacareí, 16 de agosto de 2000.



Ofício nº 166/00 - 7ª PJ

ÁREA: Defesa dos Direitos Constitucionais do Cidadão.

REPRESENTAÇÃO Nº 23/98 (nº antigo 12/98).

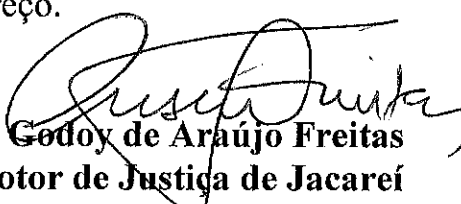
INTERESSADOS: Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Papel, Papelão e Cortiça de Jacareí e Prefeitura Municipal de Jacareí.

ASSUNTO: Apuração de irregularidades na aplicação de receitas no ensino pela Prefeitura Municipal, exercício de 1997.

SENHOR COORDENADOR:

Sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia da promoção de arquivamento referente aos autos da representação em epígrafe, lançada nos termos da legislação vigente.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e apreço.


Cristina Godoy de Araújo Freitas
7º Promotor de Justiça de Jacareí

Excelentíssimo Senhor

Doutor AIRTON FLORENTINO DE BARROS

DD. Coordenador do CAO das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Constitucionais do Cidadão.

Rua Líbero Badaró, 600 - 10º andar - Centro

01008-908 - SÃO PAULO/SP

D.O.E. 20/09/00
Siga 33 a 37

Interessados: Prefeitura Municipal de Mongaguá, Jacob Koukdjian e Artur Parada Prócida.
Assunto: Apuração de eventuais irregularidades na licitação para aquisição de caminhões
CIDADANIA

Protocol. Nº 66.940/00 1 vol. Moji Guaçu

Interessados: Juízo de Direito da 4ª Vara de Justiça Federal da 5ª Subseção Judiciária de São Paulo - Campinas e Prefeitura Municipal de Moji Guaçu

Assunto: Irregularidades em contratação de funcionário sem o devido concurso público
CIDADANIA

Protocol. Nº 66.941/00 1 vol. Moji Guaçu

Interessados: Juízo de Direito da 4ª Vara da Justiça Federal da 5ª Subseção Judiciária de São Paulo - Campinas e Prefeitura Municipal de Moji Guaçu

Assunto: Irregularidades em contratação de funcionário sem o devido concurso público
CIDADANIA

Protocol. Nº 66.951/00 1 vol. Santa Cruz do Rio Pardo

Interessados: Santa Casa de Misericórdia de Santa Cruz do Rio Pardo, Secretaria Municipal de Saúde - DIR - Assis.

Assunto: Mau atendimento às vítimas de traumatismo craniano
CIDADANIA

Protocol. Nº 66.965/00 1 vol. Brotas

Interessados: Manoel de Jesus Vasconcelos e Silva (vereador) e outro e Prefeitura Municipal de Torrinha

Assunto: Apuração de eventuais irregularidades na desapropriação de área para implantação do loteamento "Mundo Novo"

CIDADANIA

Protocol. Nº 66.979/00 1 vol. Marília

Interessados: Carlos Gonçalo Salmen Maldonado, Prefeitura Municipal de Marília e DER - Departamento de Estradas de Rodagem

Assunto: Apuração de abandono de obra pública e por conseguinte eventual dano ao erário
CIDADANIA

Protocol. Nº 66.980/00 2vol. Jacareí

Interessados: Prefeitura Municipal de Jacareí e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Papel, Papelão e Cortiça de Jacareí

Assunto: Apuração de irregularidades na aplicação de receitas no ensino pela prefeitura, exercício de 1997

CIDADANIA

Protocol. Nº 67.082/00 1 vol. São José dos Campos

Interessados: Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de São José dos Campos e Antônio Baklos Alvan.

Assunto: Apuração de eventual irregularidade na contratação de funcionário
CIDADANIA

Protocol. Nº 67.083/00 1 vol. Jundiaí

Interessados: Júlio Cesar Lamarca, Partido Popular Socialista - Jundiaí, Durval Lopes Orlato, Prefeitura e Câmara Municipal de Jundiaí

Assunto: Apuração de eventual atuação de vereador para favorecer seus filhos em questão de bolsa de estudo para atletas

CIDADANIA

Protocol. Nº 67.084/00 2 vol. São José dos Campos

Interessados: Prefeitura Municipal de São José dos Campos e Diogo Gomes dos Santos.

Assunto: Apuração de desvio de verba pública concedida a título de incentivo (01 anexo)
CIDADANIA

Protocol. Nº 67.085/00 1 vol. Sumaré

Interessados: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Hortolândia, Antônio Meira e Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Assunto: Descumprimento de determinação de ressarcimento de gastos irregulares aos cofres públicos

CIDADANIA

Protocol. Nº 67.086/00 1 vol. Sumaré



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

228 4071 BB

DISTRIBUIÇÃO

Em 06.10.2000 este protocolado foi distribuído ao
Conselheiro Relator, Doutor JOSÉ BENEDITO TARIFA.

CONCLUSÃO

Aos 09 dias do mês de outubro de 2000, faço estes autos
conclusos ao Conselheiro Relator, Doutor JOSÉ BENEDITO TARIFA, Izilda
Aparecida de Lima Pinto, Oficial de Promotoria.

Pt. nº 66.980/00

Apresentarei o meu relatório e voto, pela homologação,
oralmente, por ocasião da respectiva sessão de julgamento, nos termos do disposto no art.
212, § 3º, do RICSMP.

São Paulo, 10 de outubro de 2000


JOSÉ BENEDITO TARIFA
CONSELHEIRO-RELATOR



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

239
4932
BB

Protocolado n. 66.980/00 – Promotoria de Justiça de Jacareí

Interessados: Prefeitura Municipal de Jacareí e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Papel, Papelão e Cortiça de Jacareí.

CIDADANIA – Irregularidades no tocante à aplicação de receita na educação – Relatório do Tribunal de Contas atestou que revertida a importância antes impugnada, o valor efetivamente despendido no setor educacional conta a 25,17% da receita advinda de impostos, que é ligeiramente superior ao mínimo exigível (fls.190) – Além disso, Municipalidade efetuou depósito vinculado da importância relativa a item cancelado, à conta manutenção e desenvolvimento do ensino, do exercício de 1998 (fls.216) – Falta de fundamento para a propositura de ação civil.

Arquivamento. Homologação.

São Paulo, 10 de outubro de 2000.

JOSÉ BENEDITO TARIFA

Conselheiro - Relator



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PT. Nº 66.980/00

Comarca: Jacareí

Assunto: Apuração de irregularidades na aplicação de receitas no ensino pela prefeitura, exercício de 1997

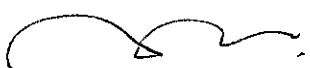
Interessados: Prefeitura Municipal de Jacareí e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Papel, Papelão e Cortiça de Jacareí

Resultado do Julgamento: **ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO**

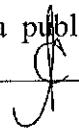
DELIBERAÇÃO

1. Em reunião realizada no dia 24/10/2000, o protocolado em epígrafe foi, depois de devidamente apregoadado, submetido a julgamento pelo Conselho Superior do Ministério Público, por sua 1ª Turma de Julgamento, integrada pelos Doutores Antonio de Pádua Bertone Pereira, Evelise Pedroso Teixeira Prado Vieira, Marilisa Germano Bortolin, José Roberto Garcia Durand e José Benedito Tarifa, obtendo-se o resultado acima destacado, acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator (Doutor(a) José Benedito Tarifa), na oportunidade apresentado oralmente (cf. art.212, § 3º, do RICSMP), com alusão às principais questões de fato e de direito tratadas nos autos e integral adoção de todas as argumentações expendidas na respectiva promoção de arquivamento.
2. Providencie-se como de praxe.

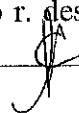
São Paulo, 24/10/2000.


Antonio de Padua Bertone Pereira
Conselheiro/Secretário

CERTIDÃO

Certifico que, tendo recebido os autos na mesma data acima mencionada, providenciei, em cumprimento ao r. despacho supra, a publicação do edital respectivo (Diário Oficial do dia 26/10/2000). São Paulo, 26/10/2000. , Sandra da Silva Casado, Oficial de Promotoria.

TERMO DE REMESSA

Aos 06/11/2000, em cumprimento ao r. despacho supra, faço a remessa destes autos à Comarca de origem (Jacareí - Cidadania). , Sandra da Silva Casado, Oficial de Promotoria.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JACAREÍ
P.P.I.C. nº 128/2005 – CIDADANIA

4974
BB

CERTIDÃO DE REMESSA

Em 23 de março de 2006, com Promoção de Arquivamento, faço a **REMESSA** dos presentes autos ao CSMP. Outrossim, certifico comuniquei a Diretoria Regional de Taubaté via fax acerca da remessa dos autos, bem como expedi os seguintes ofícios, cujas cópias seguem no feito:

Ofício nº 85/2006 – 2ª PJ ao CAO-CID

Ofício nº 86/2006 – 2ª PJ ao Egrégio CSMP.

Certifico, por fim, que realizei a anotação da Promoção de Arquivamento no Livro Único de Registros da promotoria.

Eu, BB Bianca Rodrigues Barone da Silva, Oficiala de Promotoria, digitei e subscrevi.